



**ALADI/SEC/Estudo 230/Rev. 2**

# **SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NO ÂMBITO DO ACORDO SOBRE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) DA OMC NOS PAÍSES DA ALADI**

30 de junho de 2020



**ALADI**  
Asociación Latinoamericana de Integración  
Associação Latino-Americana de Integração

**SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA  
TRANSPARÊNCIA NO ÂMBITO DO ACORDO SOBRE  
FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) DA OMC NOS  
PAÍSES DA ALADI**

ALADI/SEC/Estudo 230/Rev. 2  
30 de junho de 2020



**Secretaria-Geral da ALADI:**

**Alejandro de la Peña Navarrete**

Secretário-Geral

**Álvaro Espinoza**

Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio

**Silvia Espíndola**

Subsecretária de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs

**María Clara Gutiérrez**

Chefe do Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação

**Rodrigo da Costa Serran**

Chefe do Departamento de Integração Física y Digital

Este documento foi elaborado pela Msc. Ana Carolina Oliveira, com a supervisão do chefe do Departamento de Integração Física e Digital (DIFD), Msc. Rodrigo da Costa Serran. Tal estudo foi realizado como continuidade e atualização do previsto nas atividades V.09 – “Levantamento, pela Secretaria-Geral, da normativa e ações instrumentadas em cada país membro para a implementação das disciplinas do Acordo de Bali, em conformidade com o princípio de transparência” do Programa de Atividades da Associação LatinoAmericana de Integração (ALADI), correspondente ao ano de 2018, e V.05 - "Acessibilidade e disponibilidade da informação que se estabelece no Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC) em cumprimento do princípio de transparência.", correspondente ao ano de 2019.

© 2020, ALADI Secretaria-Geral

Tel.: (+598) 2410-1121 Fax.: (+598) 2419-0649

Cebollatí 1461, Caixa Postal 11200

Montevidéu – Uruguai

[sgaladi@aladi.org](mailto:sgaladi@aladi.org)

<http://www.aladi.org>

ISBN: 978-9974-8792-2-5

Tradução: Matilde López Rivero, Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação.

Desenho e diagramação: Marcos De Oliveira, Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação

Fotos: [www.bigstockphoto.com](http://www.bigstockphoto.com)

---

Os usuários podem copiar, descargar e imprimir o conteúdo da publicação sem fins lucrativos, respeitando sempre sua integridade e sem realizar modificações, desde que se mencione a Secretaria-Geral da ALADI como fonte do material.

---

## SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	4
1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. ANTECEDENTES E CRIAÇÃO DO ACORDO SOBRE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO DA OMC.....	6
3. ESTRUTURA DO ACORDO.....	8
4. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.....	10
5. MECANISMOS DE NOTIFICAÇÃO DO AFC.....	14
a) Notificações de aplicação das disposições.....	14
b) Notificações de transparência.....	16
6. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DO AFC PELOS MEMBROS DA ALADI.....	17
7. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	21
8. BIBLIOGRAFIA.....	22
ANEXOS.....	23
ANEXO I - Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru – Artigos de 1 a 5.....	25
ANEXO II - Notificações de aplicação das categorias A, B e C nas disposições de transparência (artigos de 1 a 5) pelos membros da ALADI.....	29
ANEXO III - Datas indicativas e datas definitivas das categorias B e C pelos países da ALADI: Artigos de transparência (de 1 a 5).....	32
ANEXO IV - Notificações de transparência apresentadas ao Comitê da OMC.....	38
ANEXO V – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Cuba, Equador e Panamá - Notificações de Transparência - e arranjos com doadores.....	124

## **ABREVIATURAS**

AFC – Acordo sobre Facilitação de Comércio

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

DIFD – Departamento de Integração Física e Digital da ALADI

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDs – Países Menos Desenvolvidos

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo, denominado *Situação da Aplicação do Princípio da Transparência no âmbito do Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da OMC nos Países da ALADI*, foi elaborado originariamente em 2018 pelo Departamento de Integração Física e Digital (DIFD) com o propósito de dar cumprimento à Atividade V.09 do Programa de Atividades da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para esse ano. A Secretaria-Geral da ALADI tem revisado anualmente o estudo. Apresentamos aqui sua segunda revisão<sup>1</sup>.

Nesse sentido, o estudo apresenta um levantamento sobre a aplicação do princípio da transparência no âmbito do AFC, levando em consideração as notificações apresentadas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) pelos países-membros da ALADI<sup>2</sup>.

Para a elaboração deste trabalho, foi considerado o grupo de artigos do AFC diretamente relacionado às medidas de aumento da transparência, a saber, do artigo 1 ao 5 inclusive, bem como os parágrafos do mencionado acordo incluídos em um conjunto específico de notificações de transparência da OMC<sup>3</sup>: 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2.

O presente documento analisa os avanços nacionais sobre o tema junto à OMC e seu mecanismo de notificação, a fim de exibir, de forma comparativa, os resultados atualizados da aplicação do princípio da transparência por parte dos países da ALADI.

Na introdução, o estudo ilustra o contexto da criação do Acordo sobre Facilitação de Comércio, no qual são apresentados, brevemente, os antecedentes de negociação entre os membros da OMC e a consequente adoção e ratificação do AFC; a estrutura do acordo e uma explicação de seu mecanismo de notificação de compromissos, bem como o princípio da transparência.

Para focar-se em qual seria a situação atual do princípio da transparência nos países-membros da ALADI, este estudo debruça-se sobre o levantamento da aplicação da transparência no AFC, analisando as notificações apresentadas pelos países-membros da ALADI junto à OMC sobre o tema e outras disposições do acordo que contribuem para seu fortalecimento.

Neste contexto, são mostrados comparativamente os avanços de cada país-membro da ALADI com base nas notificações de transparência como forma de identificar o grau da aplicação desse princípio na região.

Por fim, apresentam-se os resultados das informações coletadas sobre o levantamento quanto à adoção efetiva do Acordo sobre Facilitação de Comércio em termos da transparência, e a conclusão.

---

<sup>1</sup> A revisão 1 desse documento foi publicada em julho de 2019. A revisão 2 foi realizada com base na atualização de 10 de junho de 2020.

<sup>2</sup> Países-membros da ALADI: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

<sup>3</sup> Este trabalho considerou principalmente dados oficiais da página oficial da OMC do Acordo sobre Facilitação de Comércio.

## 2. ANTECEDENTES E CRIAÇÃO DO ACORDO SOBRE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO DA OMC

A facilitação de comércio é um dos temas prioritários da OMC e foi introduzido pela primeira vez na Conferência Ministerial de Cingapura de 1996. Nessa conferência, os membros da organização recomendaram a realização de trabalhos sobre a simplificação comercial com o propósito de avaliar se procederia estabelecer normas da OMC nessa matéria.

Em 2004, foi acordado formalmente iniciar as negociações sobre Facilitação de Comércio, incluindo o assunto no Programa de Doha para o Desenvolvimento<sup>4</sup>. Dentre os temas do mandato da Agenda de Doha no que diz respeito à Facilitação de Comércio, existia uma preocupação em esclarecer e em ampliar três artigos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que são sinalizados no preâmbulo do AFC: artigo V (Liberdade de Trânsito); VIII (Taxas e formalidades relativas à importação e à exportação) e X (Publicação e Aplicação dos regulamentos comerciais).

Também foi acordado incluir nessas negociações as melhores práticas para reforçar a assistência técnica e o desenvolvimento de capacidades, os investimentos em infraestrutura, além de desenvolver disposições de cooperação entre as autoridades dos países, observando os recursos disponíveis e o tratamento especial.

Como resultado dessas negociações, foi elaborado o texto definitivo do Acordo sobre Facilitação de Comércio, adotado no âmbito da IX Conferência Ministerial da OMC celebrada em Bali, em dezembro de 2013<sup>5</sup>. Em novembro de 2014, a OMC adotou o Protocolo de Emenda ao Acordo de Marrakesh<sup>6</sup>, mediante o qual é incorporado o texto do AFC. O protocolo foi aberto oficialmente à aceitação dos membros da OMC<sup>7</sup>.

Em breves linhas, o AFC prevê disposições que ajudam a agilizar e a modernizar os processos de despachos aduaneiros e o fluxo de mercadorias, a aumentar a transparência, a divulgação dos regimes aduaneiros e, também, a cooperação entre as aduanas e outras autoridades competentes dos países signatários. O documento também garante mais segurança e eficiência no comércio exterior e contém disposições para a prestação de apoio à criação de capacidade nesta matéria.

Para complementar o AFC, foi estabelecido em 2014 o Mecanismo para o Acordo sobre Facilitação de Comércio, com o objetivo de ajudar os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos (PMDs) a avaliarem as necessidades específicas de cada um, bem como a identificarem possíveis membros associados para o desenvolvimento que os auxiliem na observância dessas necessidades.

A classificação dos países quanto às categorias “desenvolvido” ou “em desenvolvimento” é definida pela autodenominação feita por cada país. Para o caso do país que se classificar como “país em desenvolvimento”, ele poderá se beneficiar das disposições previstas para essa categoria. Porém, os demais países-membros da organização podem não aceitar a decisão de um país de querer se beneficiar dessas disposições para os países em desenvolvimento<sup>8</sup>.

Por sua vez, a OMC reconhece como países menos desenvolvidos aqueles países que assim são designados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, dos 47 PMDs classificados pela ONU no mundo, 36 são membros da OMC, quase 77% do total.

---

<sup>4</sup> Também na Declaração Ministerial de Doha de 2001 foi reconhecida a importância da Facilitação de Comércio e foi acordado que, após o quinto período de sessões da Conferência Ministerial (realizada em Cancún, em 2003), seriam celebradas negociações sobre esse assunto.

<sup>5</sup> A Conferência Ministerial de Bali estabeleceu o Pacote de Bali, um conjunto de acordos comerciais que levou à aprovação do AFC.

<sup>6</sup> O Acordo de Marrakesh, firmado em 1994 e em vigor desde janeiro de 1995, estabelece a criação da OMC.

<sup>7</sup> A OMC tem 164 membros, conforme dados de junho de 2020.

<sup>8</sup> OMC. ¿Qué países se consideran países en desarrollo en la OMC? Disponível em: [https://www.wto.org/spanish/tratop\\_s-devel\\_s/d1who\\_s.htm](https://www.wto.org/spanish/tratop_s-devel_s/d1who_s.htm)

O trabalho conjunto do Mecanismo para o Acordo traduz-se em atividades de: ajuda aos membros para prepararem suas notificações, elaboração de programas de criação de capacidade e ajuda aos países para o acesso à assistência para a aplicação do acordo prestada por organismos regionais e multilaterais, entre outras. Dessa forma, os países podem atingir a completa aplicação do AFC e se beneficiar<sup>9</sup> plenamente deste acordo.

Além dos benefícios estimados, o Acordo sobre Facilitação de Comércio configurou uma negociação histórica entre todos os países-membros da OMC, em vigor desde 22 de fevereiro de 2017, após ser ratificado por dois terços dos membros da organização. Até a primeira quinzena de junho de 2020, 151<sup>10</sup> ratificações tinham sido realizadas no âmbito do AFC, aproximadamente 92% do total dos países-membros dessa organização.

Dentre os treze países-membros da ALADI, quase a totalidade ratificou o mencionado acordo, exceto Colômbia e Venezuela. Por sua vez, entre os países que o fizeram, o Panamá ratificou em 2015; Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai em 2016; Argentina, Bolívia e Cuba em 2018, e Equador em 2019.

---

<sup>9</sup> No intuito de comprovar os benefícios da facilitação de comércio para os países, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu estudo publicado em junho de 2015, expôs que o AFC poderia reduzir os custos de comércio entre 12,5% e 17,5% em nível global. O referido acordo seria mais benéfico para aqueles países dispostos a implementar as normas em sua totalidade.

<sup>10</sup> Até a data, o último país a ratificar o AFC foi Vanuatu, em 6 de maio de 2020.

### 3. ESTRUTURA DO ACORDO

O Acordo sobre Facilitação de Comércio é dividido em três seções, em um total de 24 artigos. A Seção I está composta por disposições cujos objetivos são acelerar o movimento, a liberação e o despacho aduaneiro das mercadorias, incluídas as mercadorias em trânsito; esclarecer e aprimorar os artigos V, VIII e X do GATT de 1994 e facilitar a cooperação aduaneira. A seção contém doze artigos, que correspondem a, aproximadamente, 36 medidas técnicas, e onde são dispostos compromissos e obrigações específicas para seus países-membros.

Por sua vez, a segunda seção, composta de dez artigos, apresenta, principalmente, os mecanismos direcionados aos países em desenvolvimento e aos PMDs, já mencionados neste estudo, a fim de estabelecer práticas sobre tratamento especial e diferenciado.

Essa seção permite aos países em desenvolvimento e aos PMDs determinar o tempo e os instrumentos que precisam para aplicar as medidas dispostas na Seção I do AFC, segundo diversas categorias que devem ser notificadas aos demais membros da OMC: Categoria A, Categoria B e Categoria C<sup>11</sup>. Deste modo, esta seção define o acordo como o único a permitir a esses países fixarem seus próprios prazos para sua aplicação em função de sua capacidade para fazê-lo.

Finalmente, a Seção III contém os dois últimos artigos do acordo, cujas disposições estabelecem um comitê permanente de facilitação do comércio no âmbito da OMC, e exigem aos seus membros terem um comitê nacional constituído (ou designarem um mecanismo existente) para facilitar a coordenação interna e a aplicação do disposto no acordo.

A estrutura do AFC nas referidas seções, e em seus respectivos artigos, é apresentada no **Quadro I**.

---

<sup>11</sup> Estas categorias são explicadas mais adiante.

### **QUADRO I – Estrutura do Acordo sobre Facilitação do Comércio**

<b>SEÇÃO I</b>	Artigo 1	PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO
	Artigo 2	OPORTUNIDADE PARA FORMULAR OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS
	Artigo 3	RESOLUÇÕES ANTECIPADAS
	Artigo 4	PROCEDIMENTOS DE RECURSOS OU REVISÃO
	Artigo 5	OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA
	Artigo 6	DISCIPLINAS SOBRE TAXAS E ENCARGOS ESTABELECIDOS SOBRE A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO OU EM CONEXÃO A ESTAS, E SOBRE SANÇÕES
	Artigo 7	LIBERAÇÃO E DESPACHO DE MERCADORIAS
	Artigo 8	COOPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS DA FRONTEIRA
	Artigo 9	CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS À IMPORTAÇÃO SOB CONTROLE ADUANEIRO
	Artigo 10	FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO
	Artigo 11	Liberdade de trânsito
	Artigo 12	COOPERAÇÃO ADUANEIRA
<b>SEÇÃO II</b>  DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA DE TRATAMENTO ESPECIAL E DIFERENCIADO PARA OS PAÍSES-MEMBROS EM DESENVOLVIMENTO E OS PAÍSES-MEMBROS MENOS DESENVOLVIDOS	Artigo 13	PRINCÍPIOS GERAIS
	Artigo 14	CATEGORIAS DE DISPOSIÇÕES
	Artigo 15	NOTIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DA CATEGORIA A
	Artigo 16	NOTIFICAÇÃO DAS DATAS DEFINITIVAS PARA A APLICAÇÃO DA CATEGORIA B E DA CATEGORIA C
	Artigo 17	MECANISMO DE ALERTA PRECOCE: PRORROGAÇÃO DAS DATAS PARA A APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DAS CATEGORIAS B E C
	Artigo 18	APLICAÇÃO DA CATEGORIA B E DA CATEGORIA C
	Artigo 19	MUDANÇAS ENTRE AS CATEGORIAS B E C
	Artigo 20	PERÍODO DE GRAÇA PARA A APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO RELATIVO ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS QUE REGEM A SOLUÇÃO DE DIFERENÇAS
	Artigo 21	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E APOIO PARA A CRIAÇÃO DE CAPACIDADE
	Artigo 22	INFORMAÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA E APOIO À CRIAÇÃO DE CAPACIDADE QUE DEVE SER APRESENTADA AO COMITÊ
<b>SEÇÃO III</b>  DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS	Artigo 23	DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS
	Artigo 24	DISPOSIÇÕES FINAIS

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria).

#### 4. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

O princípio da transparência está presente no âmbito do AFC, inicialmente, em seus cinco primeiros artigos, que ampliam o disposto em parte do artigo VIII e no artigo X do GATT. Nesses artigos, é estabelecido o compromisso dos países de publicar e de divulgar as informações dispostas no acordo antes de ele entrar em vigor em suas respectivas legislações nacionais, na medida do possível, e conforme a capacidade de recursos de cada um.

O princípio é fundamental porque a falta de transparência em normas, decisões e regulamentos é configurada como obstáculo à facilitação do comércio, levando a relevantes perdas de tempo e gerando altos custos nas transações. A divulgação das informações, de forma clara e de fácil acesso, é essencial para aumentar os níveis de segurança, de controle governamental e dos números do comércio.

Dessa forma, investir esforços no fortalecimento da transparência permite atingir resultados significativos quanto a contar com maior previsibilidade e agilidade nas operações, resultando no aumento da competitividade e dos fluxos comerciais globais.

Nesse sentido, os artigos relativos à transparência<sup>12</sup> do AFC, e suas disposições, são os seguintes:

##### **Art. 1. Publicação e disponibilidade das informações**

- 1.1 **Publicação** - Os países publicarão as informações, numeradas nessa disposição<sup>13</sup>, prontamente e de forma acessível, a fim de que as partes interessadas possam conhecê-las.
- 1.2 **Informações disponibilizadas na internet** - Os países elaborarão guias práticos sobre seus procedimentos de importação, exportação e trânsito. Deverão ser publicados na internet guias, formulários, leis relativas ao comércio, documentos exigidos para o despacho aduaneiro e ponto de contato sobre os serviços de informação.
- 1.3 **Serviços de informação** - Os países estabelecerão um ou mais serviços de informação para responder aos requerimentos sobre as questões numeradas no Artigo 1.1 e às solicitações relativas aos formulários e documentos exigidos. Este serviço de informação pode ser regional, caso o país participe de algum mecanismo de integração regional.
- 1.4 **Notificação** - Os membros notificarão os lugares oficiais de publicação da informação, bem como URLs das páginas web e pontos de contatos dos serviços de informação.

---

<sup>12</sup> Para ler os cinco primeiros artigos na íntegra, acesse o texto na página oficial do AFC (<http://www.tfafacility.org/es/trade-facilitation-agreement-facility>).

<sup>13</sup> As informações fazem referência a: procedimentos de importação, exportação e trânsito (incluídos os procedimentos em portos, aeroportos e outros pontos de ingresso) e formulários e documentos exigidos; os tipos de taxas aplicadas e os impostos de qualquer classe cobrados sobre a importação ou a exportação ou em conexão com estas; os direitos e os encargos cobrados por ou em nome de organismos governamentais sobre importação, exportação ou trânsito ou em conexão com estes; as normas para a classificação ou a valoração de produtos para fins aduaneiros; as leis, os regulamentos e as disposições administrativas de aplicação geral relativos às normas de origem; as restrições ou proibições em matéria de importação, exportação ou trânsito; as disposições sobre sanções por infração das formalidades de importação, exportação ou trânsito; os procedimentos de recursos ou revisão; os acordos ou partes de acordos com qualquer país ou países relativos à importação, exportação ou trânsito, e os procedimentos relativos à administração de contingentes tarifários (AFC, <http://www.tfafacility.org/es/trade-facilitation-agreement-facility>).

**Art. 2. Oportunidade para formular observações, informação antes da entrada em vigor e consultas.**

- 2.1 **Oportunidade para formular observações e informações antes da entrada em vigor** – Os comerciantes e outras partes interessadas deverão ser consultados sobre propostas relativas a novas leis e regulamentos administrativos relacionados ao comércio ou a sua modificação antes de serem introduzidas. Estas leis e regulamentos devem estar à disposição do público.
- 2.2 **Consultas** - Cada país deverá realizar consultas regulares entre seus organismos de fronteira e os comerciantes e outras partes interessadas.

**Art. 3. Resoluções antecipadas** - As Resoluções antecipadas são decisões escritas por um país em resposta a uma solicitação dos comerciantes sobre o tratamento que será concedido à mercadoria no momento da importação sobre classificação, origem ou método de valoração, dentre outros. As resoluções serão vinculantes para a administração de aduanas e serão válidas por um prazo razoável. Os comerciantes terão direito a receber uma notificação caso a administração de aduanas adote medidas prejudiciais para seus interesses quanto às Resoluções. As informações sobre o processo de emissão de resoluções deverão ser publicadas.

**Art. 4 Procedimentos de recursos ou revisão** – Se um comerciante for afetado por uma decisão ou omissão da administração de aduanas de um país, poderá solicitar explicações dos motivos. O direito de recurso será concedido aos comerciantes.

**Art. 5 Outras medidas para aumentar a imparcialidade, a não discriminação e a transparência**

- 5.1 Notificações de controles ou inspeções reforçadas - Quando um país dispor de um sistema de notificação de controle ou inspeção a alimentos, bebidas ou rações para animais, serão estabelecidas disciplinas relativas à forma de emitir, revogar ou suspender tais notificações ou orientações.
- 5.2 Retenção – Se a administração de aduanas ou outro organismo fronteiriço retiver mercadorias importadas para fins de inspeção, informará imediatamente ao transportador, ao importador ou a seu agente.
- 5.3 Procedimento de teste - Os países poderão conceder aos comerciantes o direito a um segundo teste se os resultados do primeiro teste de uma amostra tomada no momento da chegada das mercadorias declaradas para a importação forem desfavoráveis para eles. Serão publicados dados sobre laboratórios onde o teste de confirmação pode ser realizado e será considerado o resultado do segundo teste.

Em resumo, os títulos dos artigos referidos anteriormente se encontram no **Quadro II**.

### QUADRO II – Artigos de 1 a 5 do AFC

<b>Artigo 1 – PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO</b>	1. Publicação 2. Informações disponibilizadas na internet 3. Serviços de informação 4. Notificação
<b>Artigo 2 - OPORTUNIDADE PARA FORMULAR OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS</b>	1. Oportunidade para formular observações e informação antes da entrada em vigor  2. Consultas
<b>Artigo 3 - RESOLUÇÕES ANTECIPADAS</b>	
<b>Artigo 4 - PROCEDIMENTOS DE RECURSOS OU REVISÃO</b>	
<b>Artigo 5 - OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA</b>	1. Notificações de controles ou inspeções reforçadas  2. Retenção  3. Procedimento de teste

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria).

Os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, nas disposições sobre transparência dispostas nos artigos de 1 a 5 do AFC, bem como nos restantes artigos da Seção I, notificam as categorias de aplicação estabelecidas sobre essa seção, além de quando irão aplicar todas as medidas.

No entanto, existe uma categoria de notificações de transparência<sup>14</sup> quanto a: publicação de informações sobre os procedimentos de importação, exportação e trânsito; funcionamento do guichê único; recurso a agentes aduaneiros; e pontos de contato para responder a consultas. Esses temas estão dispostos nos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC.

O cumprimento das mencionadas disposições precisa ser notificado pelos países ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC no que diz respeito ao local de publicação de informações<sup>15</sup>. Embora a maioria das disposições não esteja incluída nos artigos sobre transparência mencionados anteriormente, também são relevantes para o cumprimento desse princípio.

Enquanto o 1.4 coincide com parte do conjunto de disposições sobre transparência baseadas no GATT, as restantes disposições (10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2) consideram temas não menos importantes, como os mencionados abaixo:

<sup>14</sup> Não existe formato específico para apresentar estas notificações. Disponível em: <<https://www.tfadatabase.org/notifications/transparency>>.

<sup>15</sup> Este tipo de notificação é diferente do mecanismo de notificação da aplicação das Categorias A, B e C.

## **Art. 10. Formalidades relacionadas à importação, exportação e trânsito**

**10.4 Guichê único** - Os países procurarão estabelecer um guichê junto ao qual os comerciantes possam apresentar às autoridades só uma vez a documentação e informação exigidas para a importação, a exportação e o trânsito de mercadorias. Os membros notificarão os detalhes do funcionamento do guichê (10.4.3).

**10.6 Recurso a agentes aduaneiros** – Sem prejuízo da política de alguns países que mantêm atualmente uma função especial para os agentes aduaneiros, a partir da entrada em vigor do AFC não será introduzido o recurso obrigatório a agentes aduaneiros. As medidas sobre o recurso a agentes aduaneiros, ou qualquer modificação, serão notificadas e publicadas sem demora (10.6.2).

## **Art. 12. Cooperação aduaneira**

**12.2 Troca de informações** - Um país deverá proporcionar a outro, mediante prévia solicitação e sujeito às condições que corresponderem —por exemplo, confidencialidade—, informações ou documentação relativas a determinadas declarações de importação ou de exportação. Cada membro notificará os dados de seu ponto de contato para o intercâmbio dessas informações. (12.2.2).

O **Quadro III**, indicado abaixo, cita os referidos artigos.

**QUADRO III – Artigos referentes a 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC**

<b>Artigo 1 PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO</b>	1.4. Notificação
<b>Artigo 10 FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO</b>	10.4. Guichê único
<b>Artigo 12 COOPERAÇÃO ADUANEIRA</b>	10.6. Recurso a agentes aduaneiros
<b>Artigo 12 COOPERAÇÃO ADUANEIRA</b>	12.2. Troca de informações

Fonte: Acordo sobre Facilitação do Comércio, OMC (Elaboração própria)

## 5. MECANISMOS DE NOTIFICAÇÃO DO AFC

### a) Notificações de aplicação das disposições

De acordo com a Seção II do AFC, os países em desenvolvimento e os PMDs podem estipular o tempo e as ações necessárias para aplicar as medidas estabelecidas na Seção I. Isto significa que os compromissos de facilitação do comércio estão dispostos nos doze artigos iniciais do acordo, que devem ser classificados, conforme estabelecido na segunda seção, em tipos de categorias diferentes, para cada disposição, segundo o grau de urgência e disponibilidade de recursos necessários para sua implementação.

O AFC estabelece três categorias de compromissos de aplicação, que devem ser notificadas aos demais membros da OMC pelos países em desenvolvimento e pelos PMDs para se beneficiarem do tratamento especial e diferenciado: Categoria A, Categoria B e Categoria C. Estas categorias indicam quando os referidos países irão aplicar cada disposição do AFC e quais disposições poderão ser aplicadas somente depois de receberem assistência técnica e apoio para a criação de capacidade<sup>16</sup>.

É interessante mencionar que cada país-membro da OMC em desenvolvimento ou menos desenvolvido designará por si próprio, individualmente, em qual categoria serão incluídas as disposições, como manifesta a letra do artigo 14.2 do AFC. Esta tarefa não está a cargo da OMC.

A Categoria A inclui as medidas que o membro irá aplicar no momento da entrada em vigor do acordo – ou, no caso de um país menos desenvolvido, no prazo de um ano contado a partir da entrada em vigor –.

Por sua vez, a Categoria B compreende disposições que o país aplicará em data posterior a um período de transição depois da entrada em vigor do acordo, existindo a possibilidade de prorrogação dessas datas.

Finalmente, a Categoria C inclui disposições que o país aplicará em data posterior a um período de transição depois da entrada em vigor do acordo e que requerem a aquisição de capacidade de aplicação mediante a prestação de assistência e apoio para a criação de capacidade. Assim como na categoria B, as datas podem ser prorrogadas.

Existem diferentes prazos para os países informarem e notificarem datas, progressos e arranjos necessários para que cada categoria possa ser aplicada quanto às medidas de facilitação do comércio. Datas indicativas e datas definitivas para o cumprimento dos compromissos podem ser notificadas. A primeira é a data em que o país estima que aplicará as medidas; a segunda é a data confirmada da referida aplicação.

Todos os países-membros da ALADI agem junto à OMC como países em desenvolvimento<sup>17</sup>, o que significa que devem cumprir com as notificações e com a informação necessária sobre os compromissos das categorias A, B e C até agosto de 2019. Isto inclui, também, os países da ALADI que ainda não notificaram o AFC.

No entanto, o AFC estabelece diretrizes gerais para os membros conforme prazos instituídos a partir da entrada em vigor desse acordo, tanto para os países em desenvolvimento quanto para os PMDs, como explica o **Quadro IV**. Depois da entrada em vigor do Acordo sobre Facilitação do Comércio, a OMC instituiu prazos até agosto de 2019 para os países em desenvolvimento e até agosto de 2022 para os países menos desenvolvidos.

---

<sup>16</sup> A assistência técnica e o apoio para a criação da capacidade pode ser qualquer assistência técnica, financeira ou outra forma de assistência mutualmente acordada (<http://www.tfafacility.org/es>).

<sup>17</sup> Apenas Haiti é classificado, na região da América, como PMD.

**QUADRO IV – Prazos de implementação das categorias A, B e C conforme o AFC**

	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	PMDs
NO MOMENTO DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2017)	Notificação dos compromissos na Categoria A (Art. 15.1) Notificação dos compromissos das Categorias B e C, e suas correspondentes datas indicativas de implementação (Art. 16.1.a e 16.1.c) Notificação da assistência técnica requerida para a criação de capacidade para implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.1.c)	
EM UM ANO CONTADO A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2018)	Notificação das disposições da Categoria B, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.1.b) Notificação de arranjos para a prestação de assistência técnica para os compromissos da categoria C	Notificação dos compromissos da Categoria B, e as possíveis datas indicativas de implementação (Art. 16.2.a) Notificação dos compromissos da Categoria C (Art. 16.2.c)
EM DOIS ANOS CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2019)		Notificação da assistência técnica requerida para a implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.2.d)
EM DOIS ANOS E MEIO CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/08/2019)	Notificação dos progressos realizados na assistência técnica para a criação de capacidade para implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.1.e) Notificação das disposições da Categoria C, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.1.e e Art. 16.3)	Notificação de confirmação dos compromissos da Categoria B, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.2.e)
EM TRÊS ANOS CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2020)		Notificação dos arranjos acordados para prestação de assistência técnica à implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.2.e)
EM QUATRO ANOS CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2021)		Notificação das disposições da Categoria C, e suas correspondentes datas indicativas de implementação (Art. 16.2.e)
EM CINCO ANOS E MEIO CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/08/2022)		Notificação dos progressos realizados na assistência técnica para a criação de capacidade de implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.2.f) Notificação das disposições da Categoria C, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.2.f)

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC; ICT, 2013 (Elaboração própria).

b) **Notificações de transparência**

Conforme mencionado anteriormente, os temas estabelecidos nos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC são aqueles cujo cumprimento os países se comprometem a notificar ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC, comunicando onde se encontram as informações que serão publicadas. Esta categoria específica de notificações abrange a integralidade dos membros do AFC: países desenvolvidos, países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos<sup>18</sup>.

Além disso, tais dispositivos de notificação de transparência serão cumpridos em sua totalidade unicamente ao momento da apresentação das mencionadas notificações e não exclusivamente pela categorização, que atinge os PMDs e os países em desenvolvimento, embora os prazos para os países informarem as datas de cumprimento sejam estabelecidos ao momento de notificar a aplicação dos dispositivos conforme as categorias A, B ou C.

Até o presente momento<sup>19</sup>, no mundo, 70 países<sup>20</sup> enviaram notificações sobre estas quatro disposições relativas ao princípio da transparência, que estão publicadas na página da OMC. Porém, há países que notificaram apenas alguns destes compromissos. Traduzido em números, foram realizadas 89 notificações ao Artigo 1.4; 73 notificações ao 10.4.3; 98 ao Artigo 10.6.2 e, por fim, 91 notificações ao 12.2.2<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Os compromissos dos artigos de 1 a 5 do AFC também devem ser cumpridos por todos os países-membros do acordo. No entanto, o mecanismo de notificação de aplicação de disposições permite acompanhar, especificamente, o progresso dos PMDs e dos países em desenvolvimento nesse tema.

<sup>19</sup> Levantamento até 10 de junho de 2020.

<sup>20</sup> Se considerada a União Europeia como signatário, serão 71.

<sup>21</sup> Nessas situações, se considerada a União Europeia, também será adicionado um signatário. Nesse sentido, seriam: 90 notificações ao Artigo 1.4, 74 notificações ao 10.4.3, 99 ao Artigo 10.6.2 e 92 notificações ao 12.2.2

## 6. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DO AFC PELOS MEMBROS DA ALADI

Quando observada a aplicação do princípio da transparência pelos países e, neste caso especial, pelos países da ALADI, há que pensar que existem duas perspectivas de trabalho de observação no AFC. A primeira consiste em verificar as categorias da A à C, dispostas nos artigos de 1 a 5 do acordo. Por sua vez, a segunda se traduz em apresentar as notificações de transparência nos quatro temas cujo cumprimento deve ser notificado ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC: 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2.

Nesse sentido, será analisada a primeira perspectiva de observação.

Os países da ALADI classificam seus compromissos dos artigos 1 a 5 do AFC em duas ou três categorias diferentes (A e B / B e C / A e C / A, B e C), com exceção de Brasil, Chile, México e Uruguai, que apresentam todas suas notificações apenas em uma categoria (A), o que se traduz no cumprimento das disposições no momento da entrada em vigor do acordo. A Venezuela também constitui uma exceção, uma vez que não apresentou notificações de aplicação.

Argentina, Colômbia e Cuba<sup>22</sup> notificaram seus artigos nas categorias A ou B e marcaram datas indicativas e datas definitivas de aplicação para as categorias B.

Por sua vez, Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru classificaram seus compromissos nas três categorias. Sobre a Categoria C, os cinco países anteriormente referidos notificaram que requerem assistência técnica. Equador, Panamá, Paraguai e Peru sinalizaram datas indicativas e definitivas de aplicação para as categorias B e C, enquanto que Bolívia informou unicamente datas indicativas para as duas categorias. O tipo de assistência técnica requerida por esses países é exibido no **Anexo I**<sup>23</sup>.

O **Quadro V** apresenta a situação atual dos membros da ALADI em termos da notificação de aplicação das categorias A, B e C do pacote de artigos de transparência baseados no GATT.

A lista completa de notificações dos países da ALADI sobre transparência conforme cada articulado, bem como a lista de datas indicativas ou definitivas das categorias B e C, figuram no **Anexo II** e no **Anexo III** deste estudo, respectivamente.

---

<sup>22</sup> O artigo 1.3 já tinha sido anteriormente notificado por Cuba na Categoria C. Porém, nova notificação transferiu esse artigo à Categoria B.

<sup>23</sup> Para acessar os textos de assistência técnica na íntegra, visite o perfil dos membros em <https://www.tfadatabase.org/members>.

**QUADRO V – Situação consolidada de notificações de aplicação A, B e C para os artigos de 1 a 5 do AFC pelos membros da ALADI<sup>24</sup>**

AFC Art. 1-5	ARG.	BOL.	BRA.	CHI.	COL.	CUB.	EQU.	MÉX.	PAN.	PAR.	PER.	URU.	VEN.
Artigo 1													
1. Publicação	A	A	A	A	A	Ap,Bp	B	A	C	C	A	A	
2. Disponib. Internet	Ap,Bp	A	A	A	A	Bp	B	A	C	C	A	A	
3. Serviços Informação	Ap,Bp	A	A	A	A	B	B	A	A	C	A	A	
4. Notificação	Ap,Bp	A	A	A	A	Bp	B	A	C	C	A	A	
Artigo 2													
1. Observ./Inform.	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
2. Consultas	A	B	A	A	A	A	C	A	B	C	A	A	
Artigo 3													
Resol. Antecipadas	Ap,Bp	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
Artigo 4													
Recursos ou Revisão	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
Artigo 5													
1. Cont./Insp. Reforçadas	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
2. Retenção	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	
3. Proced. de teste	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	A	

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria)

Por outro lado, no que tange à análise sobre o cumprimento das notificações de transparência realizadas ao Comitê de Facilitação do Comércio, que faz referência à segunda perspectiva de observação neste estudo, aponta-se que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador<sup>25</sup>, México, Panamá<sup>26</sup>, Paraguai<sup>27</sup>, Peru e Uruguai apresentaram notificações formais a este Comitê, em conformidade aos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2, e 12.2.2. No **Anexo IV** constam as notificações dos países sobre estes temas.

Quanto à data de notificação ao Comitê de Facilitação do Comércio sobre a disponibilidade das informações nos sites nacionais, Brasil notificou à OMC em 2017 e 2018<sup>28</sup>, e Argentina<sup>29</sup>, Chile<sup>30</sup>, México e Peru<sup>31</sup> apresentaram notificações no ano 2018. Por sua vez, Colômbia, Panamá, Paraguai e Uruguai apresentaram notificações em 2019; e Equador, em 2019 e 2020.<sup>32</sup>

Os demais países da ALADI, como consta na página oficial da OMC, não apresentaram as notificações de transparência requeridas ao Comitê, embora a maioria tenha notificado as respectivas categorias de aplicação a esses parágrafos. Em referência a esse tema, o **Quadro VI** exibe a categorização de aplicação (A, B e C) sobre os temas objeto das notificações de transparência. Já as datas indicativas e as datas definitivas de aplicação aos mencionados compromissos estão refletidas no **Quadro VII**. O **Anexo V** apresenta ainda o tipo de assistência técnica requerida pelos países com relação aos temas-objeto das notificações de transparência – com exceção do Art. 1.4, indicado no Anexo I – bem como os arranjos com doadores e avanços, quando disponíveis.

<sup>24</sup> Ap significa “Parcialmente Notificado na Categoria A”; Bp faz referência a “Parcialmente Notificado na Categoria B”. O termo parcial traduz-se em uma determinada categoria ser aplicável a parte de uma disposição e não à disposição completa.

<sup>25</sup> Equador não apresentou notificação somente ao Art. 10.4.3.

<sup>26</sup> Panamá apresentou notificação somente ao Art. 10.6.2 e ao Art. 12.2.2.

<sup>27</sup> Paraguai não apresentou notificação somente ao Art. 1.4.

<sup>28</sup> Brasil notificou sobre o Art. 14 em março de 2017. Os demais artigos, além de um adendo 1 ao Art. 1.4, foram notificados em 2018. O adendo 2 ao Art. 1.4 foi notificado em agosto de 2019.

<sup>29</sup> Argentina notificou revisão à notificação original em dezembro de 2019.

<sup>30</sup> Chile apresentou, em 2019, notificação com um adendo sobre o Art. 10.4.3. e, em janeiro de 2020, notificou revisão às notificações anteriores.

<sup>31</sup> Peru notificou revisão à notificação original em agosto de 2019.

<sup>32</sup> Equador notificou aos artigos 1.4 e 10.6.2 em 2019. O artigo 12.2.2 foi notificado em janeiro de 2020.

**QUADRO VI – Notificações de aplicação das categorias A, B e C  
aos temas objeto das notificações de transparência**

1 – PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO														
	ARG.	BOL.	BRA.	CHI.	COL.	CUB.	EQU.	MÉX.	PAN.	PAR.	PER.	URU.	VEN.	
<b>1.4</b>	Ap,Bp	A	A	A	A	Bp	B	A	C	C	A	A		
<b>1.4.a</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A		
<b>1.4.b</b>	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A		
<b>1.4.c</b>	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A		
10 - FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO														
	ARG.	BOL.	BRA.	CHI.	COL.	CUB.	EQU.	MÉX.	PAN.	PAR.	PER.	URU.	VEN.	
<b>10.4</b>	B	C	A	A	A	C	C	A	C	A	B	A		
<b>10.4.3</b>	B	C	A	A	A	C	C	A	C	A	B	A		
<b>10.6</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		
<b>10.6.2</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		
12 – COOPERAÇÃO ADUANEIRA														
	ARG.	BOL.	BRA.	CHI.	COL.	CUB.	EQU.	MÉX.	PAN.	PAR.	PER.	URU.	VEN.	
<b>12.2</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A		
<b>12.2.2</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A		

Fonte: Acordo sobre Facilitação do Comércio, OMC (Elaboração própria)

**QUADRO VII – Datas indicativas e datas definitivas pelos países da ALADI  
aos artigos referentes às notificações de transparência**

		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
<b>1.4 a</b>	Categoría	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	A
	Data Indicativa	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	15/01/2020	01/06/2022	01/09/2018			
	Data Definitiva													
<b>1.4 b</b>	Categoría	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	A
	Data Indicativa	22/01/2018												
	Data Definitiva	22/01/2018	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	01/06/2022	01/09/2021	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017
<b>1.4 c</b>	Categoría	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	A
	Data Indicativa	22/01/2018	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	01/06/2022	01/09/2018			
	Data Definitiva													
<b>10.4.3</b>	Categoría	B	C	A	A	A	C	C	A	C	C	A	B	A
	Data Indicativa	22/01/2023	31/12/2020											
	Data Definitiva	22/01/2023	determinar	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	A	determinar	15/01/2023	22/02/2017	01/06/2022	01/09/2021	22/02/2017	22/02/2017
<b>10.6.2</b>	Categoría	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
	Data Indicativa													
	Data Definitiva	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017
<b>12.2.2</b>	Categoría	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	A
	Data Indicativa	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017

Fonte: Acordo sobre Facilitação do Comércio, OMC (Elaboração própria)

## 7. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos treze países-membros da ALADI, onze ratificaram o Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC. Esse mecanismo contém práticas sobre tratamento diferenciado, constituição de comitês para fiscalizar seu desenvolvimento e medidas técnicas nas quais são dispostos compromissos específicos. Parte dessas medidas aborda e amplia dois artigos do GATT e referem-se a temas relativos ao princípio da transparência.

Todos os países-membros da ALADI são países em desenvolvimento, o que implica que cada um define a categoria de aplicação de compromissos em que se inserem as medidas existentes (A, B ou C) e os prazos dentro dos quais essas disposições serão aplicadas. Este compromisso de notificação inclui toda a Seção I do AFC, onde estão compreendidas as medidas de transparência.

Doze países da ALADI apresentaram notificações de aplicação dos compromissos de transparência baseados nos artigos de 1 a 5 do AFC, com exceção da Venezuela. Os doze países notificaram integralmente entre as categorias A, B ou C.

No entanto, há uma categoria específica de notificações de transparência (dispostas nos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC), em que os países precisam notificar seu cumprimento ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC indicando a publicação das informações.

No que diz respeito a essa classificação de notificação de transparência, dez países-membros da ALADI ofereceram ao Comitê da OMC as informações solicitadas, com exceção de Bolívia, Cuba e Venezuela.

É importante esclarecer que, em relação aos países acima referidos, que ainda não notificaram ao Comitê de Facilitação do Comércio as disposições contidas nos parágrafos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC, dois já notificaram as categorias de aplicação dos compromissos descritos nessas medidas.

## 8. BIBLIOGRAFIA

*Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT)*. Disponível em: <[https://www.wto.org/spanish/docs\\_s/legal\\_s/gatt47.pdf](https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/gatt47.pdf)>.

Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Disponível em: <http://www.aladi.org/sitioAladi/index.html>.

Centro de Comércio Internacional (ITC). *Acordo de Facilitação de Comércio da OMC: um Guia de Negócios para Países em Desenvolvimento*. Confederação Nacional da Indústria (Rev. Port.). 2013. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2014/10/acordo-de-facilitacao-de-comercio-da-omc-um-guia-de-negocios-para-paises-em-desenvolvimento/>>.

Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD). *Próximos Pasos a partir de la entrada en vigor del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio de la OMC*. Nota Técnica n.º 24. 2017. Disponível em: <[https://unctad.org/es/PublicationsLibrary/TN24\\_NextSteps\\_es.pdf](https://unctad.org/es/PublicationsLibrary/TN24_NextSteps_es.pdf)>.

\_\_\_\_\_. *The Least Developed Countries Report 2019: the present and future of external development finance – old dependence, new challenges*. Disponível en: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/lidcr2019\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/lidcr2019_en.pdf)>.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). *Implementation of the WTO Trade Facilitation Agreement: the Potential Impact on Trade Costs*. June 2015. Disponível em: <[https://www.oecd.org/trade/WTO-TF-Implementation-Policy-Brief\\_EN\\_2015\\_06.pdf](https://www.oecd.org/trade/WTO-TF-Implementation-Policy-Brief_EN_2015_06.pdf)>.

Organización de las Naciones Unidas (ONU). *Guía de Implementación de la Facilitación del Comercio*. Disponível em: <<http://tfig.unece.org/SP/>>.

\_\_\_\_\_. *Facilitación del comercio - principios y beneficios*. Disponível em: <<http://tfig.unece.org/SP/details.html>>.

Organización Mundial del Comercio (OMC). *Acuerdo sobre Facilitación de Comercio*. Disponível em: <<http://www.tfafacility.org/es/trade-facilitation-agreement-facility>>.

\_\_\_\_\_. *Mecanismo para el Acuerdo sobre Facilitación del Comercio*. Disponível em: <<http://www.tfafacility.org/es>>.

\_\_\_\_\_. *¿Qué países se consideran países en desarrollo en la OMC?* Disponível em: <[https://www.wto.org/spanish/tratop\\_s/devel\\_s/d1who\\_s.htm](https://www.wto.org/spanish/tratop_s/devel_s/d1who_s.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Temas Comerciales de la OMC*. Disponível em: <[https://www.wto.org/spanish/tratop\\_s/tratop\\_s.htm](https://www.wto.org/spanish/tratop_s/tratop_s.htm)>.

Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA). *Revisión y Análisis de la Aplicación del Acuerdo de la Organización Mundial del Comercio (OMC) sobre Facilitación del Comercio en Países de América Latina y el Caribe (ALC)*. 2015. Disponível em: <<http://www.sela.org/media/1950678/tratado-de-facilitacion-del-comercio-omc.pdf>>.

United Nations (UN). *Economic Analysis & Policy Division. Least Developed Countries (LDCS)*. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category.html>>.

## **ANEXOS**

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru – Artigos de 1 a 5.

ANEXO II – Notificações de aplicação das categorias A, B e C nas disposições de transparência (de 1 a 5) pelos membros da ALADI.

ANEXO III – Datas indicativas e datas definitivas das categorias B e C pelos países da ALADI: Artigos de transparência (de 1 a 5).

ANEXO IV – Notificações de transparência apresentadas ao Comitê da OMC.

ANEXO V – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Cuba, Equador e Panamá – Notificações de Transparência – e arranjos com doadores

## ANEXO I

**Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru – Artigos de 1 a 5**

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 1					
	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Aquisição de software e equipamento informático para implementar sistema de informação referente às operações de comércio exterior em todas as instituições envolvidas, e em conformidade com o AFC.</li> <li>◦ Assistência técnica para desenvolvimento de sistemas para salvaguardar e proteger a autenticidade dos documentos que forem carregados, evitando a manipulação e o uso não autorizado.</li> <li>◦ Contratação e capacitação de pessoal na captação, verificação e manutenção da informação a ser publicada na plataforma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Elaboração e implementação de um protocolo para publicação e atualização de informação.</li> <li>◦ Capacitação para os funcionários de comunicação e informática.</li> <li>◦ Elaboração de guias práticos, acessíveis mediante consultoria independente.</li> <li>◦ Contratação de consultoria independente.</li> </ul>			

Fonte: Base de dados do Acordo sobre Facilitação de Comércio - <https://www.tfadatabase.org/members> (Elaboração própria).

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 1			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Equiparação das capacidades tecnológicas das instituições mediante:           <ul style="list-style-type: none"> <li>a. aquisição de domínio próprio de instituições dependentes do MSP e BS;</li> <li>b. aquisição de recursos informáticos para equiparar as capacidades tecnológicas de cada instituição.</li> </ul> </li> <li>◦ Apoio financeiro para gerar e estabelecer informações, com equipamento informático, software e outros implementos necessários, em conformidade com o AFC, para todas as instituições envolvidas em comércio exterior.</li> <li>◦ Assistência técnica e apoio financeiro no âmbito da tecnologia da informação para salvaguardar e proteger a autenticidade dos documentos que forem carregados, a fim de evitar a manipulação e o uso não autorizado.</li> </ul> <p>2. Disponib. Internet</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Equiparação das capacidades tecnológicas das instituições mediante:           <ul style="list-style-type: none"> <li>a. aquisição de domínio próprio de instituições dependentes do MSP e BS;</li> <li>b. aquisição de recursos informáticos para equiparar as capacidades tecnológicas de cada instituição.</li> </ul> </li> <li>◦ Contratação de consultoria independente para criação de link na página web do Vice-Ministério de MPMEs do Ministério da Indústria e Comércio, com o objeto de:           <ul style="list-style-type: none"> <li>a. fornecer canal de informação comercial centralizada, com foco nas PMEs;</li> <li>b. conter todos os links para as diversas páginas e informação dos organismos envolvidos, de forma organizada.</li> </ul> </li> <li>◦ Fortalecimento e divulgação do Sistema Nacional de Informação e Notificação em cidades estratégicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Criação de serviços de informação necessários e ampliação dos serviços de informação já existentes.</li> </ul>
3. Serviço Informação					<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Formação em matéria de notificações à OMC.</li> </ul>
4. Notificação					<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Assistência e apoio para capacitações e desenvolvimento de capacidades para a preparação de notificações.</li> </ul>

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 2			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Contratação de consultoria para efetuar diagnóstico das normas nacionais e regionais existentes e para compartilhar as melhores práticas e a construção de capacidades com as agências envolvidas.</li> <li>◦ Elaboração das normas que permitem aplicar esta norma.</li> <li>◦ Elaboração dos procedimentos de aplicação para todas as agências envolvidas.</li> <li>◦ Contratação e capacitação de recursos humanos envolvidos nas agências públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Contratação de consultoria para o desenvolvimento de um protocolo de aprovação unificado para a introdução de novas medidas, publicação e entrada em vigor.</li> </ul>	
1. Observação/Inform.					
2. Consultas			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Cooperação para estabelecer sistema de consultas on-line, mediante o qual possam interagir as instituições públicas e os usuários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Estruturação de mecanismos participativos de consulta.</li> </ul>	
Artigo 3					
Ressol. Antecipadas			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Aquisição de conhecimento sobre o marco procedural e diretrizes sobre tramitação e verificação do uso adequado.</li> <li>◦ Conhecimento das implicações jurídicas e normativas.</li> <li>◦ Elaboração de regulamentos, procedimentos e outros que permitam sua implementação, prazo de vigência e revogatória.</li> </ul>		
Artigo 4					
Recurso e Revisão					

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 5					◦ Estabelecimento de sistema nacional de alertas precoces sanitários.
1. Cont./Insp. Reforçadas					
2. Retenção					
	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Cooperação no fortalecimento de laboratórios de diagnóstico em áreas de sanidade vegetal, sanidade animal e inocuidade dos alimentos.</li> <li>◦ Capacitação de pessoal em novas metodologias de análise.</li> <li>◦ Cooperação para levar adiante oficinas relativas aos temas a seguir:</li> <li>• estabelecimento de métodos para assegurar a qualidade das atividades executadas nos laboratórios de aduanas;</li> <li>• otimização dos processos para a obtenção de requisitos necessários para o cumprimento das Normas ISO;</li> <li>• avaliação, verificação e controle do estado do laboratório e métodos implementados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Acreditação de laboratórios internacionalmente.</li> <li>◦ Aquisição de equipamento adequado para a modernização de laboratórios.</li> <li>◦ Capacitação de recursos humanos.</li> <li>◦ Avaliação de conformidade pelos organismos de certificação e acreditação internacionais.</li> <li>◦ Assessoramento de especialistas técnicos.</li> </ul>			
3. Proced. de Teste	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Implementação de Centros de Inspeção Simultânea.</li> <li>◦ Implementação de métodos não intrusivos de inspeção de mercadorias.</li> </ul> <p>(Investimento estimativo: US\$13 milhões- US\$16 milhões).</p>				

**ANEXO II**

**Notificações de aplicação das categorias A, B e C nas disposições de transparência (Artigos de 1 a 5) pelos membros da ALADI\***

1 – PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
<b>1.1</b>	A	A	A	A	A	Ap, Bp	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.a</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.b</b>	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.c</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.d</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.e</b>	A	A	A	A	A	B	A	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.f</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.g</b>	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.h</b>	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.i</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.1.1.j</b>	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
<b>1.2</b>	Ap,Bp	A	A	A	Bp	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.2.1</b>	B	A	A	A	Bp	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.2.1.a</b>	B	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.2.1.b</b>	B	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.2.1.c</b>	B	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.2.2</b>	A	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.2.3</b>	A	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.3</b>	Ap,Bp	A	A	A	C→B	B	A	A	C	C	A	A	
<b>1.3.1</b>	A	A	A	A	B	B	A	A	C	C	A	A	
<b>1.3.2</b>	A	A	A	A	B	B	A	A	C	C	A	A	
<b>1.3.3</b>	A	A	A	A	B	B	A	A	C	C	A	A	
<b>1.3.4</b>	B	A	A	A	B	B	A	A	C	C	A	A	
<b>1.4</b>	Ap,Bp	A	A	A	Bp	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.4.a</b>	A	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.4.b</b>	B	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	
<b>1.4.c</b>	B	A	A	A	B	B	A	C	C	C	A	A	

2 - OPORTUNIDADE DE FORMULAR OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
<b>2.1.</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
<b>2.1.1.</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
<b>2.1.2.</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
<b>2.1.3.</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
<b>2.2</b>	A	B	A	A	A	A	C	A	B	C	A	A	
<b>3 - RESOLUÇÕES ANTICIPADAS</b>													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
<b>3.1.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.2.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.2.a</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.2.b</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.3.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.4.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.5.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.6.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.6.a</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.6.b</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.6.c</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.7.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.8.</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.</b>	Ap,Bp	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.a</b>	Ap,Bp	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.a.i</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.a.ii</b>	B	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.b</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.b.i</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.b.ii</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.b.iii</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.b.iv</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.c</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>3.9.d</b>	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	

**4 - PROCEDIMENTOS DE RECURSOS OU DE REVISÃO**

	<b>Argentina</b>	<b>Bolívia</b>	<b>Brasil</b>	<b>Chile</b>	<b>Colômbia</b>	<b>Cuba</b>	<b>Equador</b>	<b>México</b>	<b>Panamá</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Peru</b>	<b>Uruguai</b>	<b>Venezuela</b>
<b>4.1</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.1.a</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.1.b</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.2</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.3</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.4</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.4.a</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.4.b</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.4.end</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.5</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>4.6</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
<b>5 - OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA</b>													
	<b>Argentina</b>	<b>Bolívia</b>	<b>Brasil</b>	<b>Chile</b>	<b>Colômbia</b>	<b>Cuba</b>	<b>Equador</b>	<b>México</b>	<b>Panamá</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Peru</b>	<b>Uruguai</b>	<b>Venezuela</b>
<b>5.1</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	C	A
<b>5.1.a</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	C	A
<b>5.1.b</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	C	A
<b>5.1.c</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	C	A
<b>5.1.d</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	C	A
<b>5.2</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	A
<b>5.3</b>	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	C	A
<b>5.3.1</b>	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	C	A
<b>5.3.2</b>	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	C	A
<b>5.3.3</b>	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	C	A

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria)

\* Ap significa "Parcialmente Notificado na Categoria A"; Bp faz referência a "Parcialmente Notificado na Categoria B". O termo parcial se traduz em uma determinada categoria ser aplicável a parte de uma disposição e não à disposição completa.

\* C → B significa "categoria previamente notificada como C transferida à categoria B".

### ANEXO III

**Datas indicativas e datas definitivas das categorias B e C pelos países da ALADI:**  
**Artigos de transparência (de 1 a 5)**

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Argentina</b>			
1.2.1	B	22/01/2018	22/01/2018
1.2.1 a	B	22/01/2018	22/01/2018
1.2.1 b	B	22/01/2018	22/01/2018
1.2.1 c	B	22/01/2018	22/01/2018
1.3.4	B	22/01/2018	22/01/2018
1.4 b	B	22/01/2018	22/01/2018
1.4 c	B	22/01/2018	22/01/2018
3.9 a.ii	B	22/01/2023	22/01/2023
<b>Bolívia</b>			
2.2	B	31/12/2019	A determinar
3.1	C	31/12/2020	A determinar
3.2	C	31/12/2020	A determinar
3.2 a	C	31/12/2020	A determinar
3.2 b	C	31/12/2020	A determinar
3.3	C	31/12/2020	A determinar
3.5	C	31/12/2020	A determinar
3.6	C	31/12/2020	A determinar
3.6 a	C	31/12/2020	A determinar
3.6 b	C	31/12/2020	A determinar
3.6 c	C	31/12/2020	A determinar
3.7	C	31/12/2020	A determinar
3.8	C	31/12/2020	A determinar
3.9	C	31/12/2020	A determinar
3.9 a	C	31/12/2020	A determinar
3.9 a.i	C	31/12/2020	A determinar
3.9 a.ii	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.i	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.ii	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.iii	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.iv	C	31/12/2020	A determinar
3.9 c	C	31/12/2020	A determinar
3.9 d	C	31/12/2020	A determinar
5.3	C	31/12/2022	A determinar
5.3.1	C	31/12/2022	A determinar
5.3.2	C	31/12/2022	A determinar
5.3.3	C	31/12/2022	A determinar
<b>Colômbia</b>			
5.3	B	22/02/2022	22/02/2022
5.3.1	B	22/02/2022	22/02/2022
5.3.2	B	22/02/2022	22/02/2022
5.3.3	B	22/02/2022	22/02/2022

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Cuba</b>			
1.1.1 a	B	22/02/2021	22/02/2022
1.1.1 c	B	22/02/2021	22/02/2022
1.1.1 f	B	22/02/2021	22/02/2022
1.1.1 i	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.1 a	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.1 b	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.1 c	B	22/02/2022	22/02/2022
1.2.2	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.3	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.1	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.2	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.3	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.4	B	22/02/2021	22/02/2022
1.4 a	B	22/02/2021	22/02/2022
1.4 b	B	22/02/2021	22/02/2022
1.4 c	B	22/02/2022	22/02/2022
3	B	22/02/2021	22/02/2022
3.1	B	22/02/2021	22/02/2022
3.2	B	22/02/2021	22/02/2022
3.2 a	B	22/02/2021	22/02/2022
3.2 b	B	22/02/2021	22/02/2022
3.3	B	22/02/2021	22/02/2022
3.4	B	22/02/2021	22/02/2022
3.5	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6 a	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6 b	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6 c	B	22/02/2021	22/02/2022
3.7	B	22/02/2021	22/02/2022
3.8	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 a.i	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 a.ii	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.i	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.ii	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.iii	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.iv	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 c	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 d	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 a	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 b	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 c	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 d	B	22/02/2021	22/02/2022
5.2	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3.1	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3.2	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3.3	B	22/02/2021	22/02/2022

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Equador</b>			
1.1.1 a	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 b	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 c	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 d	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 e	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 f	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 g	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 h	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 i	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 j	B	15/01/2021	15/01/2021
1.2.1 a	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.1 b	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.1 c	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.2	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.3	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.1	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.2	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.3	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.4	B	15/01/2020	15/01/2020
1.4 a	B	15/01/2020	15/01/2020
1.4 b	B	15/01/2020	15/01/2020
1.4 c	B	15/01/2020	15/01/2020
2.2	C	15/01/2022	15/01/2020
3.1	B	15/01/2020	15/01/2020
3.2	B	15/01/2020	15/01/2020
3.2 a	B	15/01/2020	15/01/2020
3.2 b	B	15/01/2020	15/01/2020
3.3	B	15/01/2020	15/01/2020
3.4	B	15/01/2020	15/01/2020
3.5	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6 a	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6 b	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6 c	B	15/01/2020	15/01/2020
3.7	B	15/01/2020	15/01/2020
3.8	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 a.i	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 a.ii	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.i	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.ii	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.iii	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.iv	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 c	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 d	B	15/01/2020	15/01/2020
5.1	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 a	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 b	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 c	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 d	B	15/01/2021	15/01/2021
5.2	B	15/01/2020	15/01/2020
5.3	C	15/01/2024	15/01/2024
5.3.1	C	15/01/2024	15/01/2024
5.3.2	C	15/01/2024	15/01/2024
5.3.3	C	15/01/2024	15/01/2024

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Panamá</b>			
1.1.1 a	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 b	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 c	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 d	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 e	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 f	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 g	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 h	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 i	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 j	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.1 a	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.1 b	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.1 c	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.2	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.3	C	01/06/2022	01/06/2022
1.4 a	C	01/06/2022	01/06/2022
1.4 b	C	01/06/2022	01/06/2022
1.4 c	C	01/06/2022	01/06/2022
2.1.1	C	01/06/2022	01/06/2022
2.1.2	C	01/06/2022	01/06/2022
2.1.3	C	01/06/2022	01/06/2022
2.2	B	01/06/2021	01/06/2021
3.1	B	01/01/2018	01/01/2018
3.2	B	01/01/2018	01/01/2018
3.2 a	B	01/01/2018	01/01/2018
3.2 b	B	01/01/2018	01/01/2018
3.3	B	01/01/2018	01/01/2018
3.4	B	01/01/2018	01/01/2018
3.5	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6 a	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6 b	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6 c	B	01/01/2018	01/01/2018
3.7	B	01/01/2018	01/01/2018
3.8	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 a.i	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 a.ii	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.i	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.ii	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.iii	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.iv	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 c	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 d	B	01/01/2018	01/01/2018

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Paraguai</b>			
1.1.1	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 a	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 b	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 c	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 d	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 e	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 f	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 g	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 h	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 i	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 j	C	01/09/2018	01/09/2021
1.2.1	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.1 a	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.1 b	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.1 c	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.2	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.3	C	01/03/2019	01/09/2021
1.3.1	C	01/09/2018	01/09/2021
1.3.2	C	01/09/2018	01/09/2021
1.3.3	C	01/09/2018	01/09/2021
1.3.4	C	01/09/2018	01/09/2021
1.4 a	C	01/09/2018	01/09/2021
1.4 b	C	01/09/2018	01/09/2021
1.4 c	C	01/09/2018	01/09/2021
2.1.1	C	01/09/2018	01/09/2020
2.1.2	C	01/09/2018	01/09/2020
2.1.3	C	01/09/2018	01/09/2020
2.2	C	01/09/2018	01/09/2020
5.1	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 a	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 b	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 c	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 d	B	01/09/2019	01/09/2019
5.3.1	C	01/09/2020	01/09/2023
5.3.2	C	01/09/2020	01/09/2023
5.3.3	C	01/09/2020	01/09/2023

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Peru</b>			
3	B	22/02/2020	22/02/2020
3.1	B	22/02/2020	22/02/2020
3.2	B	22/02/2020	22/02/2020
3.2 a	B	22/02/2020	22/02/2020
3.2 b	B	22/02/2020	22/02/2020
3.3	B	22/02/2020	22/02/2020
3.4	B	22/02/2020	22/02/2020
3.5	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6 a	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6 b	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6 c	B	22/02/2020	22/02/2020
3.7	B	22/02/2020	22/02/2020
3.8	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 a.i	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 a.ii	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.i	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.ii	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.iii	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.iv	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 c	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 d	B	22/02/2020	22/02/2020
5.1	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 a	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 b	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 c	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 d	C	22/02/2023	22/02/2023
5.3.1	C	22/02/2023	22/02/2023
5.3.2	C	22/02/2023	22/02/2023
5.3.3	C	22/02/2023	22/02/2023

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria)

## ANEXO IV

### Notificações de transparência apresentadas ao Comitê da OMC

#### ARGENTINA



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/ARG/2

28 de febrero de 2018

(18-1284)

Page: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

#### NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO

##### SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

##### COMUNICACIÓN DE ARGENTINA

La siguiente comunicación, de fecha 22 de febrero de 2018, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina presenta la siguiente notificación de conformidad con los artículos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

##### Párrafo 4 a) del artículo 1

a) Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;

Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="http://www.boletinoficial.gov.ar">www.boletinoficial.gov.ar</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gob.ar">www.infoleg.gob.ar</a>

b) la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.1 2.1 a) y b)

Ministerio de Salud	<a href="http://www.msal.gob.ar">www.msal.gob.ar</a>
Ministerio de Producción	<a href="http://www.produccion.gob.ar/guia-de-tramites">www.produccion.gob.ar/guia-de-tramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar">www.afip.gob.ar</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="http://www.minhacienda.gob.ar">www.minhacienda.gob.ar</a>
Ministerio de Transporte	<a href="http://www.transporte.gob.ar">www.transporte.gob.ar</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="http://www.agroindustria.gob.ar">www.agroindustria.gob.ar</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/tramites">www.senasa.gob.ar/tramites</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="http://www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=169&amp;Itemid=29">www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=169&amp;Itemid=29</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="http://www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext">www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext</a>

##### 2.1 c)

Ministerio de Salud	<a href="http://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde">www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="http://www.produccion.gob.ar/contacto-ministerio-produccion/">www.produccion.gob.ar/contacto-ministerio-produccion/</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="http://www.minhacienda.gob.ar/contacto/">www.minhacienda.gob.ar/contacto/</a>
Ministerio de Transporte	<a href="http://servicios.transporte.gob.ar/subsidios/colectivos.php">servicios.transporte.gob.ar/subsidios/colectivos.php</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="http://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contacto/index.php">www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contacto/index.php</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/institucional/contactos-0">www.senasa.gob.ar/institucional/contactos-0</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=229&amp;Itemid=82">https://www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=229&amp;Itemid=82</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="http://www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext">www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext</a>

#### **Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

- Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>
- Consultas y mesa de ayuda:<https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

#### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

- Intercambio de Información Aduanera: División R.I.L.O. (Regional Intelligence Liaison Office) - E-mail: [rilo@afip.gob.ar](mailto:rilo@afip.gob.ar)
- Temas de cooperación y otros: Dirección de Asuntos Internacionales - E-mail: [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar)



11 de diciembre de 2019

(19-8542)

Page: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1,  
LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL  
PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO  
SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE ARGENTINA**

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 28 de noviembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina presenta la siguiente notificación de conformidad con los artículos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 a) del artículo 1**

**a) Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar/">https://ci.vuce.gob.ar/</a>
Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="https://www.boletinoficial.gob.ar/">https://www.boletinoficial.gob.ar/</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gob.ar/">http://www.infoleg.gob.ar/</a>

**b) la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.1 2.1 a) y b)**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar/">https://ci.vuce.gob.ar/</a>
Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud">https://www.argentina.gob.ar/salud</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites">https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/">http://www.afip.gob.ar/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda">https://www.argentina.gob.ar/hacienda</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://www.argentina.gob.ar/transporte">https://www.argentina.gob.ar/transporte</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca">https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca</a>

Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/tramites">http://www.senasa.gob.ar/tramites</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**2.1 c)**

Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde">https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion">https://www.argentina.gob.ar/produccion</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">http://www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto">https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://servicios.transporte.gob.ar/">https://servicios.transporte.gob.ar/</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="https://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contac_to/index.php">https://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contac_to/index.php</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/senasa">https://www.argentina.gob.ar/senasa</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

- Central de información de VUCE: <https://ci.vuce.gob.ar/>
- Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>
- Consultas y mesa de ayuda: <https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

- Intercambio de Información Aduanera: División R.I.L.O. (Regional Intelligence LiaisonOffice)  
- E-mail: [dvrilo@afip.gob.ar](mailto:dvrilo@afip.gob.ar)
- Temas de cooperación y otros: Dirección de Relaciones Internacionales  
E-mail: [dga-internacionales@afip.gob.ar](mailto:dga-internacionales@afip.gob.ar) y [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar)

**BRASIL**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/BRA/2\*

17 de marzo de 2017

(17-1503)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: inglés

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1  
DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL BRASIL**

La siguiente comunicación, de fecha 16 de marzo de 2017, se distribuye a petición del Brasil para información de los Miembros.

---

De conformidad con el párrafo 4 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931), el Brasil notifica por la presente la dirección del sitio web del servicio de información oficial establecido por el Gobierno del Brasil conforme a lo previsto en el párrafo 3 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio. Las peticiones de información en portugués, español o inglés se pueden enviar a la dirección siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br>.

El enlace directo para las peticiones de información en inglés es el siguiente:  
[www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/i](http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/i).

El enlace directo para las peticiones de información en español es el siguiente:  
[www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/e](http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/e).

---

\* El presente documento sustituye al documento WT/TFA/N/BFA/1 distribuido el 17 de marzo de 2017 con firma errónea.



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/BRA/2/Add.1

12 de septiembre de 2018

(18-5642)

Página: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: inglés

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL BRASIL**

*Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 10 de septiembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación del Brasil para información de los Miembros.

---

Como complemento de la notificación de fecha 16 de marzo de 2017 (G/TFA/N/BRA/2), en la que comunicó su compromiso en virtud del párrafo 4 c) del artículo 1 (que se reproduce a continuación para facilitar su consulta), el Brasil presenta la siguiente notificación de conformidad con los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 4 del artículo 1**

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1**

El sitio web del servicio de información oficial establecido por el Gobierno del Brasil conforme a lo previsto en el párrafo 3 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio es el siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br> (para peticiones de información en portugués, español o inglés).

El enlace directo para las peticiones de información en inglés es el siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/i>.

El enlace directo para las peticiones de información en español es el siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/e>.

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

La ventanilla única nacional del Brasil -Siscomex- se estableció en virtud del Decreto Presidencial Nº 660/1992, modificado por el Decreto Presidencial Nº 8229/2014. Los comerciantes y los agentes de aduanas registrados pueden acceder a ella en el sitio web <http://www.siscomex.gov.br>, utilizando un certificado digital. La ventanilla única está gestionada por un comité compuesto por el Viceministro de Hacienda; el Viceministro de Industria, Comercio Exterior y Servicios; el Secretario de Ingresos Federales y Aduanas; y el Secretario de Comercio Exterior. En ella participan 22 organismos. La ventanilla única debe utilizarse para aplicar todos los reglamentos que impongan a los comerciantes restricciones, formalidades o prescripciones referentes a las importaciones o las exportaciones. A través de ella, los importadores y exportadores pueden presentar toda la información que les solicitan los organismos participantes por vía electrónica. Cuando se requieren documentos comerciales adicionales, el sistema permite presentar copias digitales, con firmas

digitales.

El Siscomex inicial se puso en marcha para las exportaciones en 1993 y para las importaciones en 1997. El sistema se encuentra en proceso de remodelación desde 2014 con el fin de satisfacer las exigencias actuales de los comerciantes y los organismos participantes, que demandan una mejora de los procesos de importación y exportación, del cumplimiento y de la transparencia. La nueva ventanilla única para las exportaciones está plenamente operativa desde julio de 2018. El nuevo sistema para las importaciones está en proceso de elaboración.

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

El Brasil no exige el recurso a agentes de aduanas.

Legislación que regula el recurso a agentes de aduanas:

Decreto Nº 6.759/2009, artículos 808-810.

Se puede consultar en:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm)

#### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

Secretaría de Ingresos Federales del Brasil

División de Intercambio de Información Fiscal y Aduanera de la Oficina de Relaciones Internacionales  
SAS Quadra 3 - Bloco O - 8º andar Brasilia - DF, Brasil  
70079-900

Correo electrónico: [eoicustoms@receita.fazenda.gov.br](mailto:eoicustoms@receita.fazenda.gov.br).

---



WORLD TRADE  
ORGANIZATION

G/TFA/N/BRA/2/Add.2

15 August 2019

(19-5306)

Page: 1/1

Committee on Trade Facilitation

Original: English

## NOTIFICATION UNDER ARTICLE 1.4 OF THE AGREEMENT ON TRADE FACILITATION

### COMMUNICATION FROM BRAZIL

#### *Addendum*

The following communication, dated 13 August 2019, is being circulated at the request of the delegation of Brazil for Members' information.

---

Following up on the notification dated 12 September 2018 (G/TFA/N/BRA/2/Add.1) in which Brazil notified its Articles 1.4 (c), 10.4.3, 10.6.2 and 12.2.2 commitments, Brazil hereby makes the following notification in response to Articles 1.4 (a) and (b) of the Agreement on Trade Facilitation (WT/L/931).

#### **Article 1, Paragraph 4**

##### **(a) The official place(s) where the items in subparagraphs 1.1(a) to (j) have been published**

The official means of publication for all Brazilian federal regulation, including the items in subparagraphs 1.1(a) to (j) is the Official Gazette, Diário Oficial da União, which is available through the Internet at the website [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).

##### **(b) The Uniform Resource Locators of website(s) referred to in paragraph 2.1**

Besides the official publication in the Official Gazette (Diário Oficial da União), available at [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br), the information referred to in paragraph 2.1 is also available at the National Single Window website: [www.siscomex.gov.br](http://www.siscomex.gov.br).

---

**CHILE**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/CHL/2

20 de diciembre de 2018

(18-8064)

Página: 1/7

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE CHILE**

La siguiente comunicación, de fecha 18 de diciembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación de Chile para información de los Miembros.

Chile presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**ARTÍCULO 1: PUBLICACIÓN Y DISPONIBILIDAD DE LA INFORMACIÓN**

Párrafos 4 a) y b)

El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

<u>Biblioteca del Congreso Nacional de la República</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico">https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico</a>	<u>Contiene toda la normativa nacional</u>
---	---	--

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

<u>Servicio Nacional de Aduanas – Ministerio de Hacienda</u>	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a> <a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/formularios.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/formularios.html</a>	<u>Importación</u> <u>Normativa: Ingreso de mercancías</u> <u>Formulario Declaración de Ingreso (DIN)</u>
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html">https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/2007_0221/pags/20070221134024.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/2007_0221/pags/20070221134024.html</a> <a href="https://www.aduana.cl/preuntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html">https://www.aduana.cl/preuntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html</a>	<u>Normativa: Salida de mercancías</u> <u>Formulario de salida (DUS)</u> <u>Exportación de servicios</u>

	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/inf_exportacion.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/ port/inf_exportacion.html</a>	Normativa: calificación servicios de exportación
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/exportaciones-1</a>	Antecedentes generales de exportaciones pecuarias
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/exportaciones</a>	Antecedentes generales de exportaciones agrícolas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/aspectos-basicos-para-exportar- productos-agricolas</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/productos-vegetales-diferentes-paises</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/productos-vegetales-estados-unidos</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/material-de-propagacion</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/frambuesas</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/incumplimientos-0</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/importaciones-0</a>	Importaciones Pecuaria
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/importaciones-y-transitos-0</a>	Importaciones y tránsito Agrícola
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/productos-agricolas</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/puertos-habilitados</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/productos-agricolas-en-transito</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas- alcoholicas</a>	Exportaciones de vinos y bebidas alcohólicas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas</a>	Importación de bebidas alcohólicas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de- accion/autorizacion-de-plaguicidas-para- tratamientos-en-material-de-propagacion-solo- para-exportacion</a>	Autorización de plaguicidas para tratamientos en material de propagación sólo para exportación

	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas</a>	<u>Solicitud de importación de plaguicidas</u> <u>Importación de OGM</u> <u>Requisitos importación de semillas</u>
<u>Ministerio de Salud</u>  <u>Instituto de Salud Pública</u>	<a href="http://www.minsal.cl">http://www.minsal.cl</a>  <a href="http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial">http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial</a>  <a href="http://www.ispch.cl/anamed/an_exportacion">http://www.ispch.cl/anamed/an_exportacion</a>	<u>Establece requisitos para:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Productos alimenticios</u></li> <li>- <u>Productos farmacéuticos o alimenticios de uso médico o cosmético</u></li> <li>- <u>Estupefacientes y sustancias psicotrópicas que causen dependencia</u></li> <li>- <u>Control de alimentos</u></li> <li>- <u>Sustancias tóxicas o peligrosas para la salud.</u></li> <li>- <u>Comercio Exterior: regulación de los productos sometidos a control de exportación e importación</u></li> </ul>
<u>Subsecretaría de Pesca – Ministerio de Economía</u>	<a href="http://www.subpesca.cl">http://www.subpesca.cl</a>  <a href="http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html">http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html</a>	<u>Establece requisitos para:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Recursos hidrobiológicos, cualquiera sea su estado de desarrollo, incluidas las especies de carácter ornamental</u></li> <li>- <u>Productos pesqueros</u></li> </ul>
<u>Servicio Nacional de Pesca (SERNAPESCA) – Ministerio de Economía</u>	<p>Exportación  <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion</a></p> <p>Importación  <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion</a></p>	<u>Establece requisitos para:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Acreditación de la legalidad y calidad sanitaria de los productos pesqueros</u></li> </ul>
<u>Comisión Chilena de Energía Nuclear</u>	<a href="http://www.cchen.cl">http://www.cchen.cl</a>  <a href="http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136">http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136</a>	<u>Establece requisitos para:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Elementos o materiales fértilles, fisionables o radioactivos, sustancias radioactivas, equipos o instrumentos que</u></li> </ul>

		<u>generan radiaciones ionizantes</u>
<u>Dirección General de Movilización Nacional</u>	<a href="http://www.dgmn.cl">http://www.dgmn.cl</a>	Establece requisitos para: <u>Armas de fuego, municiones, explosivos y sustancias químicas, inflamables y asfixiantes.</u>
	<u>- Departamento de Convenciones y Regímenes de Control Internacionales:</u> <a href="http://www.dgmn.cl/convenciones/">http://www.dgmn.cl/convenciones/</a>	Establece solicitudes de exportación, importación, certificados, declaraciones y formularios, en el ámbito de la Convención de Armas Químicas y Convención Armas Biológicas.
<u>SAG (Fauna silvestre)</u>  <u>CONAF (Flora silvestre)</u>  <u>SERNAPESCA (Fauna Hidrobiológica)</u>	<a href="http://www.sag.cl">http://www.sag.cl</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites</a>  <a href="http://www.conaf.cl">http://www.conaf.cl</a> <a href="http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php">http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php</a>  <a href="http://www.sernapesca.cl">http://www.sernapesca.cl</a> <a href="http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites">http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites</a>	<u>Requisitos para especies de fauna y flora silvestres protegidas por el Convenio CITES.</u>
<u>Ministerios de Economía y de Vivienda y Urbanismo</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341</a>  <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/201457/asocfile/20070227/201457/asocfile120060721113339.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/201457/asocfile/20070227/201457/asocfile120060721113339.pdf</a>	<u>Requisitos para la importación de Cemento</u>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html">https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html</a>	<u>Arancel de Chile actualmente en vigor</u>
-------------------------------------	---	--

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	<u>Importación</u>
-------------------------------------	---	--------------------

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/compendio-de-normas-aduaneras/aduana/2007-04-23/125943.html">https://www.aduana.cl/compendio-de-normas-aduaneras/aduana/2007-04-23/125943.html</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html</a>	<u>Valoración Aduanera</u>
-------------------------------------	--	----------------------------

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html">https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html</a>	<u>Normas de origen en el marco de los acuerdos comerciales</u>
<u>DIRECON</u>	<a href="https://www.direcon.gob.cl/certificacion-de-origen/">https://www.direcon.gob.cl/certificacion-de-origen/</a>	

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	<u>Importaciones y exportaciones prohibidas o restringidas</u>
-------------------------------------	---	--

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html">http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html</a>	
<u>Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	<u>Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.</u>
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=29859">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=29859</a>	<u>Ley 18455, fija normas sobre producción, elaboración y comercialización de alcoholos etílicos, bebidas alcohólicas y vinagres, y deroga libro i de la ley n° 17.105.</u>
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=28794">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=28794</a>	<u>Ley 17105, fija texto refundido de la ley de alcoholos, bebidas alcohólicas y vinagres.</u>
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=7178">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=7178</a>	<u>Decreto Ley 3557, establece disposiciones sobre protección agrícola.</u>
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=3954">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=3954</a>	<u>Decreto 16 de 1963, sanidad y protección animal.</u>
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=1006858">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=1006858</a>	<u>Ley 20380, sobre protección de animales.</u>

	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=30529">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=30529</a>	
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=1096714">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=1096714</a>	Ley 19162, establece sistema obligatorio de clasificación de ganado, tipificación y nomenclatura de sus carnes y regula funcionamiento de mataderos, frigoríficos y establecimientos de la industria de la carne.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=24766">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=24766</a>	Ley 20962, aplica convención sobre el comercio internacional de especies amenazadas de flora y fauna silvestre.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=246460">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=246460</a>	Ley 4601, establece las disposiciones por que se regirá la caza en el territorio de la República.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=30709">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalLeNorma.aspx?id=30709</a>	Ley 20089, crea sistema nacional de certificación de productos orgánicos agrícolas.

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14</a> (Artículo 121)	<u>Reposición Administrativa</u>
<u>Tribunales Tributarios y Aduaneros</u>	<a href="http://www.tta.cl/">http://www.tta.cl/</a>	<u>Procedimiento de reclamación</u>
<u>Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	<u>Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.</u>

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/portal/inicio.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/portal/inicio.html</a>	<u>Acuerdos comerciales internacionales</u>
<u>DIRECON</u>	<a href="https://www.direcon.gob.cl/acuerdos-comerciales/">https://www.direcon.gob.cl/acuerdos-comerciales/</a>	<u>Acuerdos comerciales internacionales</u>

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/portal/contingente.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/portal/contingente.html</a>  <a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484</a>	<u>Contingente de azúcar</u>
-------------------------------------	--	------------------------------

### Párrafo c)

Datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html">https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html</a>	<u>Oficina de informaciones, reclamos y sugerencias</u>
<u>Ministerio de Hacienda</u>	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactos">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactos</a>	<u>Mesa de ayuda</u>
<u>Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura</u>	<a href="http://www.sag.gob.cl/contacto">http://www.sag.gob.cl/contacto</a>	<u>Formulario de contacto</u>

## ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO

### Párrafo 4.3 del artículo 10

Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.

<u>Ministerio de Hacienda</u>	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio</a>	<u>Ventanilla Única de Comercio Exterior</u>
-------------------------------	---	--

### Párrafo 6.2 del artículo 10

Notificación sobre el recurso a agentes de aduanas

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html">https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html</a>	<u>Requisitos, responsabilidad, deberes de agentes de aduanas.</u>
-------------------------------------	---	--

## ARTÍCULO 12: COOPERACIÓN ADUANERA

### Párrafo 2.2 del artículo 12

Notificación sobre los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<u>Daniela Veas Jefa Asuntos Internacionales del Servicio Nacional de Aduanas</u>	<u>dveas@aduana.cl</u>
-------------------------------------	---	------------------------



3 de junio de 2019

(19-3757)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4.3 DEL ARTÍCULO 10 DEL ACUERDO SOBRE  
FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE CHILE**

Chile presenta la siguiente notificación de fecha 27 de mayo de 2019, con el objetivo de complementar la información contenida en la notificación G/TFA/N/CHL/2 del 20 de diciembre de 2018, respecto a las disposiciones del Artículo 10.4.3 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

---

**ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO**

**Párrafo 4.3 del artículo 10: Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.**

El Sistema Integrado de Comercio Exterior (SICEX) es la ventanilla única de Chile que sirve para realizar de forma simple y rápida las tramitaciones de exportación e importación. Nació el año 2010 con el Decreto Supremo Nº1049/2010, con el objetivo de facilitar el comercio exterior mediante el uso de un sistema de clase mundial, diseñado de acuerdo a las mejores prácticas y estándares internacionales.

Su propósito es reducir tiempos y costos, agilizando los trámites de exportación e importación que se realizan de forma electrónica, conectándose con los diferentes servicios públicos que participan en el comercio exterior y eliminando la doble digitación a través de un punto único de ingreso de datos. De esta forma, se logra eficiencia y transparencia en la gestión de operaciones de comercio exterior, a través de una plataforma de atención continua con monitoreo, alertas y trazabilidad de las operaciones.

Para más información ingresar a: <https://www.sicexchile.cl/>

---



20 de enero de 2020

(20-0511)

Página: 1/7

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE CHILE**

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 20 de diciembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Chile para información de los Miembros.

Chile presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**ARTÍCULO 1: PUBLICACIÓN Y DISPONIBILIDAD DE LA INFORMACIÓN**

**Párrafos 4 a) y b)**

**El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

Biblioteca del Congreso Nacional de la República	<a href="https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico">https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico</a>	Contiene toda la normativa nacional
--	---	-------------------------------------

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Servicio Nacional de Aduanas – Ministerio Hacienda	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importación
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Normativa: Ingreso de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/formulario-din/aduana/2018-12-04/122940.html">https://www.aduana.cl/formulario-din/aduana/2018-12-04/122940.html</a>	Formulario Declaración de Ingreso (DIN)
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html">https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html</a>	Normativa: Salida de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html</a>	Formulario de salida (DUS)
	<a href="https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html">https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html</a>	Exportación de servicios

	<p><a href="http://www.aduana.cl/anexo-35-documento-unico-de-salida-y-su-continuacion/aduana/2007-02-21/134024.html#vtxt_cuerpo_T0">http://www.aduana.cl/anexo-35-documento-unico-de-salida-y-su-continuacion/aduana/2007-02-21/134024.html#vtxt_cuerpo_T0</a></p> <p><a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/docs/20070221/20070221134024/asocfile120040419115907.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/docs/20070221/20070221134024/asocfile120040419115907.pdf</a></p> <p><a href="https://www.aduana.cl/exportacion-de-servicios/aduana/2019-01-04/202900.html">https://www.aduana.cl/exportacion-de-servicios/aduana/2019-01-04/202900.html</a></p>	Normativa: calificación servicios de exportación
Servicio Agrícola y Ganadero Ministerio de Agricultura	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0</a></p>	Antecedentes generales de exportaciones pecuarias
	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0</a></p>	Importaciones Pecuaria
	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados</a></p> <p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito</a></p>	Importaciones y tránsito Agrícola
	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas</a></p>	Exportaciones de vinos y bebidas alcohólicas
	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas</a></p>	Importación de bebidas alcohólicas
	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion</a></p>	Autorización de plaguicidas para tratamientos en material de propagación sólo para exportación
	<p><a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion</a></p>	Solicitud de importación de plaguicidas

	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm</a>	Importación de OGM
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas</a>	Requisitos importación de semillas
Ministerio de Salud Instituto de Salud Pública	<a href="http://www.minsal.cl">http://www.minsal.cl</a> <a href="http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial">http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial</a> <a href="http://www.ispch.cl/anamed/an_exportacion">http://www.ispch.cl/anamed/an_exportacion</a>	Establece requisitos para: - Productos alimenticios - Productos farmacéuticos o alimenticios de uso médico o cosmético - Estupefacientes y sustancias psicotrópicas que causen dependencia - Control de alimentos - Sustancias tóxicas o peligrosas para la salud. Comercio Exterior: regulación de los productos sometidos a control de exportación e importación
Subsecretaría de Pesca - Ministerio de Economía	<a href="http://www.subpesca.cl">http://www.subpesca.cl</a> <a href="http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html">http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html</a>	Establece requisitos para: - Recursos hidrobiológicos, cualquiera sea su estado de desarrollo, incluidas las especies de carácter ornamental - Productos pesqueros
Servicio Nacional de Pesca (SERNAPESCA) - Ministerio de Economía	<u>Exportación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion</a> <u>Importación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion</a>	Establece requisitos para: - Acreditación de la legalidad y calidad sanitaria de los productos pesqueros
Comisión Chilena de Energía Nuclear	<a href="http://www.cchen.cl">http://www.cchen.cl</a> <a href="http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136">http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136</a>	Establece requisitos para: - Elementos o materiales fértilles, fisionables o radioactivos, sustancias radioactivas, equipos o instrumentos que generan radiaciones ionizantes

Dirección General de Movilización Nacional	<a href="http://www.dgmn.cl">http://www.dgmn.cl</a>	Establece requisitos para: Armas de fuego, municiones, explosivos y sustancias químicas, inflamables y asfixiantes.
	Departamento de Convenciones y Regímenes de Control Internacionales: <a href="http://www.dgmn.cl/convenciones/">http://www.dgmn.cl/convenciones/</a>	Establece solicitudes de exportación, importación, certificados, declaraciones y formularios, en el ámbito de la Convención de Armas Químicas y Convención Armas Biológicas.
SAG (Fauna silvestre)	<a href="http://www.sag.cl">http://www.sag.cl</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites</a>	Requisitos para especies de fauna y flora silvestres protegidas por el Convenio CITES.
CONAF (Flora silvestre)	<a href="http://www.conaf.cl">http://www.conaf.cl</a> <a href="http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php">http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php</a>	
SERNAPESCA (Fauna Hidrobiológica)	<a href="http://www.sernapesca.cl">http://www.sernapesca.cl</a> <a href="http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites">http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites</a>	
Ministerios de Economía y de Vivienda y Urbanismo	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/asocfile/20070227201457/asocfile120060721113339.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/asocfile/20070227201457/asocfile120060721113339.pdf</a>	Requisitos para la importación de Cemento

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html">https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html</a>	Arancel de Chile actualmente en vigor
------------------------------	---	---------------------------------------

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Importación
------------------------------	---	-------------

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html</a>	Valoración Aduanera
------------------------------	---	---------------------

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html">https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html</a>	Normas de origen en el marco de los acuerdos comerciales
PROCHILE	<a href="https://www.prochile.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/">https://www.prochile.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/</a>	

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importaciones y exportaciones prohibidas o restringidas
------------------------------	---	---

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html">http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html</a>	
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859</a>	Ley 18455, fija normas sobre producción, elaboración y comercialización de alcohol etílicos, bebidas alcohólicas y vinagres, y deroga libro i de la ley n° 17.105.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794</a>	Ley 17105, fija texto refundido de la ley de alcohol, bebidas alcohólicas y vinagres.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178</a>	Decreto Ley 3557, establece disposiciones sobre protección agrícola.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954</a>	Decreto 16 de 1963, sanidad y protección animal.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858</a> <a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529</a>	Ley 20380, sobre protección de animales.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714</a>	Ley 19162, establece sistema obligatorio de clasificación de ganado, tipificación y nomenclatura de sus carnes y regula funcionamiento de

		mataderos, frigoríficos y establecimientos de la industria de la carne.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766</a>	Ley 20962, aplica convención sobre el comercio internacional de especies amenazadas de flora y fauna silvestre.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460</a>	Ley 4601, establece las disposiciones por que se regirá la caza en el territorio de la República.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709</a>	Ley 20089, crea sistema nacional de certificación de productos orgánicos agrícolas.

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14</a> (Artículo 121)	Reposición Administrativa
Tribunales Tributarios Aduaneros y	<a href="http://www.tta.cl/">http://www.tta.cl/</a>	Procedimiento de reclamación
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley nº 16.640 y otras disposiciones.

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/acuerdos_y_tratados.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/acuerdos_y_tratados.html</a>	Acuerdos comerciales internacionales
Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales (SUBREI)	<a href="https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales/">https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales/</a>	Acuerdos comerciales internacionales

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/normativas.html?filtro=201901180005494">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/normativas.html?filtro=201901180005494</a> <a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484</a>	Contingente de azúcar
------------------------------	--	-----------------------

**Párrafo c)**

Datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html">https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html</a>	Oficina de informaciones, reclamos y sugerencias
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactos">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactos</a>	Mesa de ayuda
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/contacto">http://www.sag.gob.cl/contacto</a>	Formulario de contacto

**ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO****Párrafo 4.3 del artículo 10**

Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.

Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/funcionamiento-ventanilla-unica">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/funcionamiento-ventanilla-unica</a>	Ventanilla Única de Comercio Exterior
------------------------	---	---------------------------------------

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

Notificación sobre el recurso a agentes de aduanas

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html">https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html</a>	Requisitos, responsabilidad, deberes de agentes de aduanas.
------------------------------	---	---

**ARTÍCULO 12: COOPERACIÓN ADUANERA****Párrafo 2.2 del artículo 12**

Notificación sobre los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera

Servicio Nacional de Aduanas	<b>Andrea Ortiz</b> Jefa Asuntos Internacionales del Servicio Nacional de Aduanas	<a href="mailto:aortiz@aduana.cl">aortiz@aduana.cl</a>
------------------------------	--	--

**COLÔMBIA**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/COL/2

30 de octubre de 2019

(19-7270)

Página: 1/11

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE COLOMBIA**

La siguiente comunicación, de fecha 15 de octubre 2019, se distribuye a petición de la delegación de Colombia para información de los Miembros.

---

Colombia presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 4 del artículo 1**

**(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

<u>Unidad Administrativa Especial</u> <u>Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/">https://www.dian.gov.co/</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transito_aduanero.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transito_aduanero.aspx</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autօasistencia.aspx">https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autօasistencia.aspx</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165</a>  <a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/ResolucionC3%B3n%20000046%20de%202026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/ResolucionC3%B3n%20000046%20de%202026-07-2019.pdf</a>	<u>Página principal de la autoridad aduanera</u>  Importación  Exportación  Tránsito aduanero  Formularios  Autoasistencia – guías/manuales de los regímenes aduaneros  Decreto 1165 de 2019- Régimen de Aduanas  Resolución 46 de 2019- Reglamentación régimen de aduanas
--	--	--

<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<a href="https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales">https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales</a>	En este micro sitio, en los links:  <u>"EXPORTACIONES"</u> <u>"IMPORTACIONES"</u>  Se encuentra información relacionada con los procedimientos de importación, exportación (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos.
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion">https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion</a>	Control Técnico a la importación de insumos destinados a la actividad agropecuaria.
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.vuce.gov.co">www.vuce.gov.co</a>	La VUCE vincula 21 entidades del Estado. Los módulos de la VUCE son: importaciones, exportaciones, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación, comercializadoras internacionales, e inspección simultánea.

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces">https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces</a>	Consulta por subpartida arancelaria de toda la información adjunta a ella, incluido IVA y gravamen arancelario
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%2026%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf">https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%2026%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf</a>	Decreto 2153 de 2016 por el cual se adopta el Arancel de Aduanas

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima	<a href="https://www.invima.gov.co/web/guest/tarifas">https://www.invima.gov.co/web/guest/tarifas</a>	En la página web de Invima se encuentra publicado el manual tarifario vigente.
Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<p><a href="https://www.ica.gov.co/servicios_linea/sispap_principal.aspx">https://www.ica.gov.co/servicios_linea/sispap_principal.aspx</a></p> <p><a href="https://www.ica.gov.co/getattachment/Oferta-Institucional/Tarifas/Resolucion-00040063-tarifas-2019-1.pdf.aspx?lang=es-CO">https://www.ica.gov.co/getattachment/Oferta-Institucional/Tarifas/Resolucion-00040063-tarifas-2019-1.pdf.aspx?lang=es-CO</a></p>	<p>Resolución 00040063 del 20 de diciembre de 2018 – Por la cual se actualizan tarifas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tarifa para la expedición de Documento zoosanitario de Importación.</li> <li>- Tarifa Certificado de Inspección sanitaria portuaria de importaciones y exportaciones.</li> <li>- Tarifa Certificado zoosanitario para exportación.</li> <li>- Tarifa inscripciones y registros de exportador</li> <li>- importador de especies de plantas ornamentales.</li> <li>- Tarifa importación – exportación con requisitos fitosanitarios de material vegetal.</li> <li>- Tarifa inspección fitosanitaria portuaria de importaciones y exportaciones de material vegetal de especies ornamentales y no ornamentales.</li> <li>- Tarifa seguimiento fitosanitario post-entrada de material vegetal de propagación asexual y sexual que se importe.</li> <li>- Tarifa seguimiento fitosanitario post-entrada de material vegetal de propagación asexual y sexual que se importe.</li> </ul>

<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA (cont.)</u>		- Tarifa registro e inspección en puertos de Embalajes y estibas de madera sólida con destino al comercio internacional.
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.mincit.gov.co/ministerio/normograma-sig/procesos-misionales/facilitacion-del-comercio-y-defensa-comercial/resoluciones/2004-2006/resolucion-1271-de-2005.aspx">http://www.mincit.gov.co/ministerio/normograma-sig/procesos-misionales/facilitacion-del-comercio-y-defensa-comercial/resoluciones/2004-2006/resolucion-1271-de-2005.aspx</a>	Resolución 1271 de 2005 y Resolución 2234 de 2005  Fija el precio de los registros electrónicos y de los aplicativos informáticos para su transmisión a la Ventanilla Única de Comercio Exterior, VUCE

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercanias/valoracion_de_mercancias/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercanias/valoracion_de_mercancias/Paginas/default.aspx</a>	<u>Valoración de mercancías</u>
	<a href="https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces">https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces</a>	<u>Arancel de aduanas</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercanias/Paginas/SisResoAnticipada.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercanias/Paginas/SisResoAnticipada.aspx</a>	<u>Resoluciones anticipadas y Clasificación arancelaria</u>
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%2026%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf">https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%2026%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf</a>	<u>Decreto 2153 de 2016 por el cual se adopta el Arancel de Aduanas</u>

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.tlc.gov.co/">http://www.tlc.gov.co/</a>	<u>En la página web www.tlc.gov.co se encuentran publicados los acuerdos comerciales vigentes, suscritos y en negociación – Capítulos de Reglas y Procedimientos de Origen.</u>
<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercanias/Paginas/OrigenMercancias.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercanias/Paginas/OrigenMercancias.aspx</a>	<u>Origen de mercancías</u>

## 1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<p><a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf</a></p> <p><a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a></p>	<p><u>Decreto 1165 de 2019</u></p> <p><u>Resolución 46 de 2019</u></p> <p><u>Nota:</u></p> <p><b>Restricciones al ingreso de mercancías:</b> Artículos 125, 126, 127 y 128 de la Resolución 46 de 2019, de conformidad con lo dispuesto en el parágrafo del artículo 75 del Decreto 1165 de 2019.</p> <p><b>Restricciones a la salida de mercancías:</b> Artículo 369 de la Resolución 46 de 2019, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 75 del Decreto 1165 de 2019.</p> <p><b>Restricciones en el régimen de tránsito:</b> Artículo 458 de la Resolución 46 de 2019, de conformidad con lo dispuesto en el inciso primero del artículo 437 del Decreto 1165 de 2019.</p>
<u>Congreso de la República</u>	<a href="https://www.sic.gov.co/recursos_user/documentos/normatividad/Leyes/1999_Hacia_Atras/Ley_18_1990.pdf">https://www.sic.gov.co/recursos_user/documentos/normatividad/Leyes/1999_Hacia_Atrs/Ley_18_1990.pdf</a>	<p><u>Ley 18 de 1990 - Prohíbe la fabricación, importación, distribución, venta y uso de juguetes bélicos en el territorio nacional</u></p>
<u>Asamblea Nacional Constituyente</u>	<a href="http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/constitucion_politica_1991_pr002.html#81">http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/constitucion_politica_1991_pr002.html#81</a>	<p><u>Prohíbe la fabricación, importación, posesión y uso de armas químicas, biológicas y nucleares, así como la introducción al territorio nacional de residuos nucleares y desechos tóxicos.</u></p>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf</a>	Régimen sancionatorio: Título 14 del Decreto 1165 de 2019
<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<a href="http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/arbol/1000.htm">http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/arbol/1000.htm</a> <a href="https://www.invima.gov.co/documents/20143/430795/ley_9_1979.pdf">https://www.invima.gov.co/documents/20143/430795/ley_9_1979.pdf</a>	En referencia al procedimiento sancionatorio y medidas sanitarias la normatividad sanitaria se refiere a lo establecido en los artículos 576 y siguientes de la Ley 9 de 1979.
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto-1071-2015/CAPITULO-10-Delas-Sanciones.aspx">https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto-1071-2015/CAPITULO-10-Delas-Sanciones.aspx</a>	Decreto Único Reglamentario Sector Agricultura
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1955_2019_pr003.html#156">http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1955_2019_pr003.html#156</a>	Plan Nacional de Desarrollo 2018-2022 = potestad sancionatoria del ICA e infracciones
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTULO%20III-III-I">http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTULO%20III-III-I</a>	Ley 1437 de 2011 – Capítulo III Proceso Administrativo sancionatorio

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf</a>	Decreto 1165 de 2019 /según procedimiento
<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u> Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/ley_1437_2011.htm">http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/ley_1437_2011.htm</a> <a href="http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTULO%20III-III-I">http://www.secretariosenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTULO%20III-III-I</a>	Ley 1437 de 2011, Por la cual se expide el Código de Procedimiento Administrativo y de lo Contencioso Administrativo.

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectoscomerciales/Paginas/DocumentosOrigen.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectoscomerciales/Paginas/DocumentosOrigen.aspx</a>	Acuerdos comerciales en vigor para la República de Colombia
--	---	---

<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.tlc.gov.co/">http://www.tlc.gov.co/</a>	En la página web <a href="http://www.tlc.gov.co/">www.tlc.gov.co</a> se encuentran publicados los acuerdos comerciales vigentes, suscritos y en negociación.
--	---	--

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolucion%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a>	<u>Resolución 46 de 2019</u> <u>Nota:</u> <u>Cupos y contingentes arancelarios:</u> Artículos 218 y siguientes.
--	---	---

**(b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/">https://www.dian.gov.co/</a>	<u>Página principal de la autoridad aduanera</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx</a>	<u>Importación</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx</a>	<u>Exportación</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transito_aduanero.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transito_aduanero.aspx</a>	<u>Tránsito aduanero</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx</a>	<u>Formularios</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autocasistencia.aspx">https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autocasistencia.aspx</a>	<u>Autoasistencia – guías/manuales de los regímenes aduaneros</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165</a>	<u>Decreto 1165 de 2019</u> <u>Régimen de Aduanas</u>
	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resoluci%C3%B3n%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resoluci%C3%B3n%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a>	<u>Resolución 46 de 2019</u> <u>Reglamentación régimen de aduanas</u>
<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<a href="https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales">https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales</a>	<u>En este micro sitio, en los links:</u> <u>"EXPORTACIONES"</u> <u>"IMPORTACIONES"</u> Se encuentra información relacionada con los

		<u>procedimientos de importación, exportación (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos.</u>
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion">https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion</a>	<u>Control Técnico a la importación de insumos destinados a la actividad agropecuaria.</u>
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.vuce.gov.co">www.vuce.gov.co</a>	<u>La VUCE vincula 21 entidades del Estado. Los módulos de la VUCE son: importaciones, exportaciones, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación, comercializadoras internacionales, e inspección simultánea.</u>

b) Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx</a>	<u>Formularios</u>
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.vuce.gov.co">www.vuce.gov.co</a>	<u>La VUCE vincula 21 entidades del Estado. Los módulos de la VUCE son: importaciones, exportaciones, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación, comercializadoras internacionales, e inspección simultánea.</u>

<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<a href="https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales">https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales</a>	<u>En este micro sitio, en los links:</u>  <u>"EXPORTACIONES"</u> <u>"IMPORTACIONES"</u>  Se encuentra información relacionada con Los procedimientos de importación, exportación (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos.
--	---	--

**(c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/contactenos/Paginas/PqrsDenuncias.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/contactenos/Paginas/PqrsDenuncias.aspx</a>	Servicio informático de Quejas, Reclamos, Sugerencias, Glosario, Marco Normativo y Preguntas
<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<p>Nombre: Dirección de Operaciones Sanitarias  <u>Teléfono: + 57 2948700 71071</u>  <u>Dirección: Carrera 10 No. 64-28</u>  <u>Correo electrónico:</u>  <u><a href="mailto:Consultaspuestos@invima.gov.co">Consultaspuestos@invima.gov.co</a></u>  <u><a href="mailto:ofi-ainternacionales@invima.gov.co">ofi-ainternacionales@invima.gov.co</a></u>  <u>Sitio web: www.invima.gov.co</u>  <a href="https://www.invima.gov.co/web/guest/canales-de-atencion">https://www.invima.gov.co/web/guest/canales-de-atencion</a></p>	<u>Dirección de Operaciones Sanitarias Oficina de Asuntos Internacionales</u>  <u>Canales de atención al ciudadano</u>
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="https://www.ica.gov.co/atencion-al-ciudadano">https://www.ica.gov.co/atencion-al-ciudadano</a>	<u>Canales de atención al ciudadano</u>

**Párrafo 4.3 del artículo 10****Detalles del Funcionamiento de la Ventanilla Única****La Ventanilla Única de Comercio Exterior –VUCE**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior –VUCE– es la principal herramienta de Facilitación del Comercio del País, se creó mediante el Decreto 4149 de 2004 y es administrada por el Ministerio de Comercio, Industria y Turismo, a la fecha se cuenta con diez (10) servicios de trámites de comercio exterior.

La implementación de la VUCE se ha realizado de manera gradual desde el año 2005 a través de la cual se canalizan trámites de comercio exterior de 70.000 usuarios vinculados a 21 entidades del Estado en los diferentes módulos de importaciones y exportaciones por medio del cual se realizan

los trámites de vistos buenos, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación y comercializadoras internacionales, inspección simultánea, este último permitió la eliminación del documentos "Carta de Responsabilidad" que se presenta ante la Policía Antinarcóticos, entre otros trámites de la VUCE.

La VUCE tiene el Sistema de Administración de Riesgos que permite que los procesos de evaluación sean aprobados de manera automática a través de unas variables que analizan el riesgos. Actualmente, el sistema permite la aprobación de los registros de importación pasando de un 1 día a 3 minutos, disminuyendo los tiempos de respuesta de la entidad.

Los diez (10) módulos de la VUCE son: Importaciones (tramites de vistos por parte de 19 entidades y lo correspondiente al Registro o Licencia de Importación), Exportaciones (Visto buenos), Inspección Simultánea (realiza el agendamiento electrónico de las inspecciones de la carga de exportación en puerto para la inspección física o no intrusiva), Registro de Productores de Bienes Nacionales, presentación y actualización de exportadores para la Policía Antinarcóticos, Régimen de Transformación y Ensamble, Sistemas Especiales de Importación – Exportación, Comercializadoras Internacionales, Contingentes y Sistema de Riesgo.

En puertos, para el régimen de exportación, la VUCE cuenta con el módulo del Sistema de Inspección Simultánea (SIIS) que coordina la operación en puertos, generando un agendamiento electrónico para el desarrollo de la inspección por parte de las entidades de control, reduciendo los tiempos de inspección de 3 días a 1 día, esto permite adicionalmente eliminar las dobles movilizaciones de la carga.

Así mismo, se desarrolló el aplicativo informático para la presentación de los exportadores a través de la VUCE, donde las empresas diligencian la información pertinente a su compañía, para que Policía Antinarcóticos pueda generar su análisis de riesgos, de manera tal que la información es estándar y de fácil acceso para las diferentes salas de análisis, eliminando la presentación física de los representantes legales de las empresas, contribuyendo a la política de cero papel.

*Interoperabilidad.* La VUCE cuenta con la interoperabilidad en el servicio de inspección simultánea con la DIAN y puertos.

A nivel internacional, se cuenta con interoperabilidad entre las Ventanillas Únicas en el marco de la Alianza del Pacífico, en lo correspondiente a los certificados fitosanitarios.

*Sitio web de la VUCE Colombia:* [www.vuce.gov.co](http://www.vuce.gov.co)

## **Párrafo 6.2 del artículo 10**

**Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

El marco normativo colombiano en relación a los agentes de aduanas, señala lo siguiente:

De conformidad con lo establecido el Decreto 1165 de 2019 (artículo 34 en adelante) las agencias de aduanas son las personas jurídicas autorizadas por la Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN) para ejercer el agenciamiento aduanero, actividad auxiliar de la función pública aduanera de naturaleza mercantil y de servicio, orientada a garantizar que los usuarios de comercio exterior que utilicen sus servicios cumplan con las normas legales existentes en materia de importación, exportación y tránsito aduanero y cualquier operación o procedimiento aduanero inherente a dichas actividades.

Las agencias de aduanas tienen como fin esencial colaborar con las autoridades aduaneras en la estricta aplicación de las normas legales relacionadas con el comercio exterior para el adecuado desarrollo de los regímenes, modalidades aduaneras y demás actividades y procedimientos derivados de los mismos.

De conformidad al artículo 33 del Decreto en mención, no se requiere el uso obligatorio de las agencias de aduanas en los procedimientos aduaneros, dado que el importador o exportador podrán actuar directamente ante la Administración Aduanera, por cualquier cuantía, para adelantar los trámites aduaneros inherentes al régimen, modalidad u operación aduanera de que se trate.

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera son los siguientes:

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<u>Nombre: Ingrid Magnolia Díaz Rincón</u> <u>Teléfono: (57+1) 607 99 99</u> <u>Dirección: Carrera 8 Nº 6C – 38, piso 6, Edificio San Agustín, Bogotá D.C., Colombia</u> <u>Correo electrónico: <a href="mailto:dir_aduanas@dian.gov.co">dir_aduanas@dian.gov.co</a></u> <u>Sitio web: <a href="https://www.dian.gov.co/">https://www.dian.gov.co/</a></u>	<u>Directora de Gestión de Aduanas de la Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<u>Nombre: Luis Fernando Fuentes Ibarra</u> <u>Teléfono: (57+1) 606 76 76 Ext. 2100</u> <u>Dirección: Calle 28 No. 13A-15, Bogotá D.C., Colombia</u> <u>Correo electrónico: <a href="mailto:lfuentes@mincit.gov.co">lfuentes@mincit.gov.co</a></u> <u>Sitio web: <a href="https://www.mincit.gov.co/">https://www.mincit.gov.co/</a></u>	<u>Director de Comercio Exterior - Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>

**EQUADOR**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/ECU/2

20 de junio de 2019

(19-4216)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 6.2 DEL ARTÍCULO 10  
DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE ECUADOR**

La siguiente comunicación, de fecha 17 de junio de 2019, se distribuye a petición de la delegación del Ecuador para información de los Miembros.

---

Ecuador presenta la siguiente notificación de conformidad con el párrafo 6.2 del artículo 10 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

El marco normativo ecuatoriano en relación a los agentes de aduanas, está especificada en los artículos 227, 228, 230 del CÓDIGO ORGÁNICO DE LA PRODUCCIÓN, COMERCIO E INVERSIONES, y artículo 64 del REGLAMENTO AL TÍTULO FACILITACIÓN ADUANERA DEL CÓDIGO DE PRODUCCIÓN, pudiendo acceder a los mencionados documentos jurídicos a través de los siguientes enlaces:

<https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci/>

<https://www.aduana.gob.ec/regrlamento-copci/>

---



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/ECU/2/Add.1

20 de diciembre de 2019

(19-8919)

Página: 1/6

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1  
DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE ECUADOR**

*Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 17 de diciembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador para información de los Miembros.

Ecuador presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

**Párrafo 4 del artículo 1**

- a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	<a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
Ministerio de Agricultura y Ganadería	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	<a href="https://www.normalizacion.gob.ec/servicios-en-linea">https://www.normalizacion.gob.ec/servicios-en-linea</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad.	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Ministerio de Transporte y Obras Públicas, MTOP	<a href="https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios">https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Policía Nacional del Ecuador	<a href="https://www.policiaecuador.gob.ec">https://www.policiaecuador.gob.ec</a>
Instituto Nacional de Patrimonio Cultural	<a href="http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios">http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios</a>

<u>Ministerio del Ambiente</u>	<a href="http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf"><u>http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf</u></a>  <a href="https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales"><u>https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales</u></a>
<u>Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables</u>	<a href="https://www.recursosyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan"><u>https://www.recursosyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan</u></a>
<u>Servicio Nacional de Contratación Pública</u>	<a href="https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2"><u>https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2</u></a>
<u>Comando Conjunto de Fuerzas Armadas, CCFFAA</u>	<a href="https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones"><u>https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones</u></a>
<u>Dirección General de Aviación Civil, DGAC</u>	<a href="https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales"><u>https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales</u></a>
<u>Ministerio de Relaciones Exteriores, MRE</u>	<a href="https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales"><u>https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales</u></a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/iptflex/ipt_arancel.jsp"><u>http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/iptflex/ipt_arancel.jsp</u></a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec"><u>https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</u></a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/iptflex/ipt_arancel.jsp"><u>http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/iptflex/ipt_arancel.jsp</u></a>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	<p>Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga"><u>http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</u></a></p> <p>Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTSABaFPPOgYKsqbYJpdIXE/view"><u>https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTSABaFPPOgYKsqbYJpdIXE/view</u></a></p> <p>Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion"><u>https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</u></a></p> <p>Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metropologia"><u>https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metropologia</u></a></p>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec"><u>https://www.controlsanitario.gob.ec</u></a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zootecnológico, Agrocalidad.</u>	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec"><u>http://www.agrocalidad.gob.ec</u></a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec"><u>https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</u></a>

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/normas-de-valoracion">https://www.aduana.gob.ec/normas-de-valoracion</a> <a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oceos/procedimientos-para-oceos">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oceos/procedimientos-para-oceos</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oceos/procedimientos-para-%20oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oceos/procedimientos-para-%20oces</a>
<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	<a href="http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/#search">http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/#search</a>

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	<p>Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a></p> <p>Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsBAfPPOqYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsBAfPPOqYKsgbYJpdIXE/view</a></p> <p>Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a></p> <p>Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a></p>
<u>Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE</u>	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zootecnológico, Agrocalidad</u>	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci">https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci</a> <a href="https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci">https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="http://servicios.aduana.gob.ec/servicios/ui/legal-recursos.xhtml">http://servicios.aduana.gob.ec/servicios/ui/legal-recursos.xhtml</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/la-institucion">https://www.aduana.gob.ec/la-institucion</a>
<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	<a href="http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales">http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales</a>
<u>Ministerio De Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/iptflex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/iptflex/ipt_arancel.jsp</a>  <u>Una vez que se ejecuta la consulta se debe ir a la opción "Consulta de Arancel" &gt; y luego de consultar la subpartida la pestaña se debe ir a la viñeta: &gt; <i>Tipo de Información Asociada a la Mercancía</i> y seleccionar &gt; <i>Consulta de detalle de CUPOS</i></u>
<u>Ministerio de Agricultura y Ganadería</u>	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

- a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	<a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
<u>Ministerio de Agricultura y Ganadería</u>	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-paramoces/procedimientos-paramoces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-paramoces/procedimientos-paramoces</a>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	<p>Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a></p> <p>Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABAfpPQgYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABAfpPQgYKsgbYJpdIXE/view</a></p> <p>Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a></p> <p>Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a></p>

<u>Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE</u>	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad</u>	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
<u>Ministerio de Transporte y Obras Públicas, MTOP</u>	<a href="https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios">https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
<u>Policía Nacional del Ecuador</u>	<a href="https://www.policiaecuador.gob.ec">https://www.policiaecuador.gob.ec</a>
<u>Instituto Nacional de Patrimonio Cultural</u>	<a href="http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios">http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios</a>
<u>Ministerio del Ambiente</u>	<a href="http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf">http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf</a> <a href="https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales">https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales</a>
<u>Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables</u>	<a href="https://www.recursosyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan">https://www.recursosyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan</a>
<u>Servicio Nacional de Contratación Pública</u>	<a href="https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2">https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2</a>
<u>Comando Conjunto de Fuerzas Armadas, CCFFAA</u>	<a href="https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones">https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones</a>
<u>Dirección General de Aviación Civil, DGAC</u>	<a href="https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales">https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales</a>
<u>Ministerio de Relaciones Exteriores, MRE</u>	<a href="https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales">https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales</a>

b) Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	<a href="https://ecuapass.aduana.gob.ec">https://ecuapass.aduana.gob.ec</a>  <u>Una vez que se ejecuta la consulta se debe ir a la opción "Consulta de Arancel" &gt; y luego de consultar la subpartida requerida, luego hacer clic en la pestaña: <i>Tipo de Información Asociada a la Mercancía</i>; y, seleccionar &gt; <i>Consulta de las mercancías de restricción y prohibición</i></u>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	  <u>Normalización:</u> <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> <u>Reglamentación:</u> <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABAfpPQoqYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABAfpPQoqYKsgbYJpdIXE/view</a> <u>Certificación y Validación:</u> <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a>

	<b>Metrología:</b> <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
<u>Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE</u>	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zootecnológico, AGROCALIDAD</u>	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1**

<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	Dirección: Plataforma Gubernamental Financiera. Av. Amazonas entre Unión Nacional de Periodistas y Alfonso Pereira, Quito  Teléfono: +593-2 394-8760  Sitio web: <a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENAE</u>	Dirección: Av. Malecón Simón Bolívar entre 9 de Octubre y P. Icaza, Guayaquil  Teléfono: +593 992227767  Sitio web: <a href="http://www.aduana.gob.ec">http://www.aduana.gob.ec</a>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	Dirección: Baquerizo Moreno E8-29 y Diego de Almagro, Quito  Teléfono: +593 223825960  Sitio web: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec">https://www.normalizacion.gob.ec</a>
<u>Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE</u>	Dirección: Av. Amazonas N38-42 y Juan José de Villalengua, Quito  Teléfono: +593 2 245-4393  Sitio web: <a href="https://www.acreditacion.gob.ec">https://www.acreditacion.gob.ec</a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zootecnológico, AGROCALIDAD</u>	Dirección: Av. Amazonas y Av. Eloy Alfaro (Edificio MAG - Piso 9), Quito  Teléfono: +593 2 3828 860  Sitio web: <a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	Dirección: Ciudadela Samanes, Av. Francisco de Orellana y Av. Paseo del Parque. Bloque 5, Guayaquil  Teléfono: 00593 4 3727 440  Sitio web: <a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>



9 de enero de 2020

(20-0260)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE ECUADOR**

La siguiente comunicación, de fecha 20 de diciembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador para información de los Miembros.

---

Ecuador presenta la siguiente notificación de conformidad con el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

**Párrafo 2.2 del artículo 12 – Cooperación Aduanera**

Cada Miembro notificará al Comité los datos de su punto de contacto para el intercambio de esta información.

<b>Área a cargo:</b>	<u>Subdirectora General de Normativa Aduanera del SENAE</u>
<b>Nombre y apellido:</b>	<u>Mgtr. Amada Velásquez Jijón</u>
<b>Número de teléfono:</b>	<u>+59 34-3731030 ext. 3313</u>
<b>Correo electrónico:</b>	<u>avelasq@aduana.gob.ec</u>
<b>Dirección:</b>	<u>Av. Malecón 100 y Av. Nueve de Octubre</u> <u>Edificio "La Previsora", piso 13 Guayaquil</u> <u>Ecuador</u>

**MÉXICO**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/MEX/1

28 de septiembre de 2018

(18-5994)

Página: 1/7

Comité sobre Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE MÉXICO**

La siguiente comunicación, de fecha 27 de septiembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación de México para información de los Miembros.

México presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 4 del artículo 1**

(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

<u>Ley Aduanera: Título Segundo Control de aduana en el despacho, Título Cuarto Regímenes aduaneros, Título Quinto Franja y región fronteriza</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Puertos: Capítulo V Administración portuaria integral y VI Operación portuaria</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Navegación y Comercio Marítimos: Capítulo II Autoridad marítima y IV Remolque maniobra en puerto</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Comercio Exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglamento de la Ley de Comercio Exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm</a>
<u>Reglamento de la Ley Aduanera</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm</a>
<u>Ley Federal de Derechos</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglas Generales de Comercio Exterior para 2018: Título 1 Capítulo 1.8 y 1.9, Título 2, 3, 4 y 6. Anexo 1 Formatos de Comercio Exterior, 1A Trámites de Comercio Exterior.</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240</a>

<u>Reglas y Criterios de Carácter General en Materia de Comercio Exterior de la Secretaría Economía</u>	<a href="http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETECA/Reglas/ReglasSE.htm">http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETECA/Reglas/ReglasSE.htm</a>
<u>Manual de Operación Aduanera</u>	<a href="http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm">http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

<u>Tratados de Libre Comercio firmados por México</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0</a>
<u>Ley de Comercio Exterior: Título IV, Capítulo I Aranceles</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Aduanera: Título Tercero Contribuciones, cuotas compensatorias y demás regulaciones y restricciones no arancelarias al comercio exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley del Impuesto al Valor Agregado: Artículo 1º fracción IV, Capítulo V De la Importación de Bienes y Servicios, Capítulo VI De la Exportación de Bienes y Servicios</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley del Impuesto Especial sobre Producción y Servicios: Artículo 1º, 2º y Capítulo III De la importación de bienes, específicamente</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Federal del Impuesto sobre Automóviles Nuevos</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Decreto por el que se establecen diversos Programas de Promoción Sectorial</u>	<a href="http://187.191.71.48/cs/avi/snice/prosecmsbiblioteca.html">http://187.191.71.48/cs/avi/snice/prosecmsbiblioteca.html</a>
<u>Decreto por el que se regula la importación definitiva de vehículos usados</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/veh%C3%ADculos_usados.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/veh%C3%ADculos_usados.html</a>
<u>Decreto por el que se establece el impuesto general de importación para la región fronteriza y la franja fronteriza norte</u>	<a href="http://187.191.71.48/cs/avi/snice/fronteramsbiblioteca.html">http://187.191.71.48/cs/avi/snice/fronteramsbiblioteca.html</a>
<u>Acuerdos por los que se dan a conocer la Tasas Aplicables del Impuesto General de Importación</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/tasasms.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/tasasms.html</a>
<u>Resoluciones de cuotas compensatorias</u>	<a href="http://www.contactopyme.gob.mx/upci">http://www.contactopyme.gob.mx/upci</a>
<u>Decreto por el que se modifica la Tarifa de la Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación, el Decreto por el que se establece la Tasa Aplicable durante 2003, del Impuesto General de Importación, para las mercancías originarias de América del Norte y el Decreto por el que se establecen diversos Programas de Promoción Sectorial</u>	<a href="http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5525036&amp;fecha=05/06/2018">http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5525036&amp;fecha=05/06/2018</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

<u>Ley Federal de Derechos</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
--------------------------------	---

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Aduanera: Título Tercero Contribuciones, cuotas compensatorias y demás regulaciones y restricciones no arancelarias al comercio exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglamento de la Ley Aduanera</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/reqla.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/reqla.htm</a>
<u>Tratados y Acuerdos Comerciales</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/</a>
<u>Reglas Generales de Comercio Exterior del SAT</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240</a>

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Ley Aduanera, Título Cuarto Regímenes aduaneros, Capítulo II Definitivos de importación y exportación, Sección primera de importación, Artículos 98, 99 y 100</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Comercio Exterior, Título III Origen de las mercancías, Artículo 9</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Tratados y Acuerdos Comerciales</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/</a>
<u>Reglas Generales de Comercio Exterior del SAT, Título 1 Disposiciones generales y actos previos al despacho, Capítulo 1.1 Disposiciones Generales, Regla 1.6.7 menciona el trato arancelario preferencial para las empresas IMMEX derivado del cumplimiento de las reglas de origen</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240</a>
<u>Resoluciones en materia aduanera de los TLC</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/resolucion esmataduaneratlc.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/resolucion esmataduaneratlc.html</a>

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Ley Aduanera</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Federal Sobre Metrología y Normalización</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglas y Criterios de Carácter General en Materia de Comercio Exterior de la Secretaría Economía</u>	<a href="http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETEA/Reglas/ReglasSE.htm">http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETEA/Reglas/ReglasSE.htm</a>
<u>Acuerdos de Regulaciones No Arancelarias</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/biblioteca]uridica2n.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/biblioteca]uridica2n.html</a>
<u>Resoluciones de cuotas compensatorias</u>	<a href="http://www.contactopyme.gob.mx/upci/">http://www.contactopyme.gob.mx/upci/</a>
<u>Anexo 17 "Mercancías por las que no procederá el tránsito internacional por territorio nacional" de las Reglas Generales De Comercio Exterior Para 2018</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/reglas-generales-de-comercio-exterior-para-2018-publicaciones">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/reglas-generales-de-comercio-exterior-para-2018-publicaciones</a>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Ley Aduanera, Título Octavo Infracciones y sanciones en su Capítulo único, Artículos 176-202</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Código Fiscal de la Federación, Artículo 105</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Comercio Exterior, Artículo 94</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>Ley Aduanera, Título Noveno Recursos Administrativos, Artículo 203</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Código Fiscal de la Federación, Título Quinto De los procedimientos Administrativos, Capítulo I, Del recurso administrativo, Sección Primera Del Recurso de Revocación, Artículos 116 y 117</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>La Ley Federal de Procedimiento Administrativo, Título Sexto De Recurso de Revisión, en su Capítulo Primero Disposiciones Generales, Artículos 83-96</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>Tratados y Acuerdos Internacionales</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0</a>
--	---

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

<u>Ley de Comercio Exterior, Capítulo II Medidas de regulación y restricciones no arancelarias, Sección Segunda Permisos previos, cupos y mercado de país de origen, Artículos 23 y 24 y Título Segundo, Facultades del Ejecutivo Federal, de la Secretaría de Economía y de las Comisiones Auxiliares, Capítulo II</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Listado de cupos</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/cuposbibliotecajuridica.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/cuposbibliotecajuridica.html</a>

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

<u>Página oficial de Internet del Servicio de Administración Tributaria</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a>
<u>Procedimiento de recurso o revisión</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/tramites/72390/presenta-el-recurso-de-revocacion-contra-actos-o-resoluciones-emitidas-por-la-autoridad-fiscal">https://www.sat.gob.mx/tramites/72390/presenta-el-recurso-de-revocacion-contra-actos-o-resoluciones-emitidas-por-la-autoridad-fiscal</a>

<u>Página oficial de Internet de PROMÉXICO</u>	<a href="http://www.promexico.mx/es/mx/pasos-exportar">http://www.promexico.mx/es/mx/pasos-exportar</a>
<u>Manual de Operación Aduanera</u>	<a href="http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm">http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm</a>
<u>Ley Federal de los Derechos del Contribuyente, Capítulo II Información, Difusión y Asistencia al Contribuyente, Artículo 5</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Guía rápida para la aplicación del recurso o revisión en línea (SAT)</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a>
<u>Servicio Nacional de Información de Comercio Exterior (SNICE)</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx">https://www.snice.gob.mx</a>

b) Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

<u>Página oficial de Internet del Servicio de Administración Tributaria.</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a>
Sección de Trámites de gob.mx	<a href="https://www.gob.mx/tramites/economia">https://www.gob.mx/tramites/economia</a>

c) Los datos de contacto de su servicio o servicios de información.

Servicio Nacional de Información de Comercio Exterior (SNICE) <u>Correo electrónico:</u> <a href="mailto:snice@economia.gob.mx">snice@economia.gob.mx</a> <u>Dirección:</u> PH de Insurgentes Sur 1940, Colonia Florida, Delegación Alvaro Obregón, C.P. 01030, CD.MX <u>Teléfono:</u> +52 (55) 5229 6100 ext. 34334, 34329 y 34300.	<a href="https://www.snice.gob.mx">https://www.snice.gob.mx</a>
Servicio de Administración Tributaria	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a> <u>Atención Telefónica:</u> +52 (55) 627 22 728 <u>Desde Estados Unidos y Canadá:</u> 01 877 44 88 728 opción 7

c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.

Servicio Nacional de Información de Comercio Exterior (SNICE)

Correo electrónico: [snice@economia.gob.mx](mailto:snice@economia.gob.mx)

Dirección: PH de Insurgentes Sur 1940, Colonia Florida, Delegación Álvaro Obregón, C.P. 01030, CD.MX

Teléfono: +52 (55) 52 29 61 00 ext. 34334

<https://www.snice.gob.mx>

Servicio de Administración Tributaria

Correo electrónico: [internacionalesAGACE@sat.gob.mx](mailto:internacionalesAGACE@sat.gob.mx); [internacionales@sat.gob.mx](mailto:internacionales@sat.gob.mx)

Dirección: Av. Hidalgo 77, Col. Guerrero, Delegación Cuauhtémoc, C.P. 06300, CD.MX.

Teléfono: +52 (55) 627 22 728

<https://www.sat.gob.mx/home>

<https://www.gob.mx/sat>

#### **Párrafo 4.3 del artículo 10**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior Mexicano (VUCEM) es una plataforma integral de servicios que facilita el despacho aduanero, garantiza la transparencia, simplifica y potencia las operaciones de comercio exterior y facilita su logística. Asimismo, tiene como objetivo agilizar y simplificar los flujos de información entre el comercio y el gobierno y aportar beneficios significativos para todas las partes involucradas en el comercio transfronterizo.

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la VUCEM en los siguientes enlaces:

Decreto por el que se establece la VUCEM:

[http://dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5174688&fecha=14/01/2011](http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5174688&fecha=14/01/2011)

Acceso a la VUCEM:

<https://www.ventanillaunica.gob.mx/vucem/index.htm>

<https://wwwqa.ventanillaunica.gob.mx/vucem/>

<https://www.ventanillaunica.gob.mx/Beta/index.htm>

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

Medidas sobre el recurso a agentes aduanales:

De conformidad con lo previsto en el artículo 40 de la Ley Aduanera, los trámites relacionados con el despacho de las mercancías se promoverán por los importadores o exportadores o por conducto de los agentes aduanales.

Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información:

Ley Aduanera

<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm>

Información del Servicio de Administración Tributaria respecto de los Agentes Aduanales:

[http://omawww.sat.gob.mx/aduanas/servicios/Paginas/agente\\_aduanal.aspx](http://omawww.sat.gob.mx/aduanas/servicios/Paginas/agente_aduanal.aspx)

Medidas sobre el recurso a apoderados aduanales:

En relación con los apoderados aduanales, mediante el DECRETO por el que se reforman, adicionan y derogan diversas disposiciones de la Ley Aduanera, publicado el 9 de diciembre de 2013, se suprimieron las disposiciones del Título Séptimo, Capítulo Único, Sección Segunda, de la Ley Aduanera concernientes a los apoderados aduanales. Sin embargo, en el TRANSITORIO QUINTO del mismo DECRETO, quedó establecido que "Las autorizaciones de apoderado aduanal activas a la fecha de entrada en vigor del presente Decreto, continuarán vigentes hasta en tanto las mismas se cancelen, se extingan o se les revoquen a los apoderados aduanales." Para tales efectos, se estará a lo dispuesto en el Título Séptimo, Capítulo Único, Sección Segunda, de la Ley Aduanera y demás disposiciones aplicables, para aquellas autorizaciones de apoderado aduanal activas a la fecha de entrada en vigor de dicho Decreto.

Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información:

Ley Aduanera y Diario Oficial de la Federación

<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm>

[http://www.dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5324941&fecha=09%2F12%2F2013](http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5324941&fecha=09%2F12%2F2013)

## **Párrafo 2.2 del artículo 12**

Los puntos de contacto para el intercambio de información de México son los

siguientes: Secretaría de Hacienda y Crédito Público  
Servicio de Administración  
Tributaria Administración  
General de Aduanas

Email: [internacionales@sat.gob.mx](mailto:internacionales@sat.gob.mx)

Secretaría de Hacienda y Crédito  
Público Servicio de Administración  
Tributaria  
Administración General de Auditoría de Comercio

Exterior Email: [internacionalesAGACE@sat.gob.mx](mailto:internacionalesAGACE@sat.gob.mx)

PANAMÁ

---



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/PAN/2

(19-6678)

15 de octubre de 2019

Página:  
1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 6.2 DEL ARTÍCULO  
10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO  
SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE PANAMÁ**

La siguiente comunicación, de fecha 11 de octubre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Panamá para información de los Miembros.

---

Panamá presenta las siguientes notificaciones de conformidad 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

El marco normativo de la República de Panamá en relación con los Agentes de Aduanas se regula mediante el DECRETO LEY No. 1 (de 13 de febrero de 2008) "Que crea la Autoridad Nacional de Aduanas y dicta Disposiciones concernientes al Régimen Aduanero".

Cabe mencionar, que el recurso de aduanas en la legislación nacional se encuentra regulado en el Capítulo II "Agente de Corredor de Aduana"; en los Artículos 39 al 52 del presente Decreto Ley.

**DECRETO LEY No. 1 (de 13 de febrero de 2008)**

"Que crea la Autoridad Nacional De Aduanas y dicta Disposiciones concernientes al Régimen Aduanero."

[https://www.ana.gob.pa/w\\_ana/index.php/organisation/registro-de-los-operadores-de-comercio- internacional](https://www.ana.gob.pa/w_ana/index.php/organisation/registro-de-los-operadores-de-comercio- internacional)

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera son los siguientes:

<u>Autoridad Nacional de Aduanas:</u>	<a href="https://www.ana.gob.pa/w_ana/index.php/contacts">https://www.ana.gob.pa/w_ana/index.php/contacts</a>
1. <u>Mesa de Grupo de Procesos</u>	Correo electrónico: <a href="mailto:grupo_procesos@ana.gob.pa">grupo_procesos@ana.gob.pa</a> Teléfono: +507 504-2723/504-4224/504-4253
2. <u>Mesa de Ayuda del SIGA</u>	Correo electrónico: <a href="mailto:soporte.sigia@ana.gob.pa">soporte.sigia@ana.gob.pa</a> Teléfono: +507 506-6310 506-7444/6400

**PARAGUAI**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/PRY/3

22 de octubre de 2019

(19-6920)

Página: 1/2

Comité de Facilitación de Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DE LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL  
PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE  
FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE PARAGUAY**

La siguiente comunicación, de fecha 15 de octubre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Paraguay para información de los Miembros.

---

Paraguay por la presente hace las siguientes notificaciones basadas en los artículos 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Artículo 10, párrafo 4.3**

Detalles de la operación de la ventana única.

La Ventanilla Única de Exportación y la Ventanilla Única de Importación operan de manera separada en el Paraguay, existiendo interoperabilidad entre ambas. Más información puede ser encontrada en los siguientes enlaces:

Ministerio de Industria y Comercio	<a href="http://www.vue.org.py">http://www.vue.org.py</a>	Ventanilla Única de Exportación
Dirección Nacional de Aduanas	<a href="http://www.aduana.gov.py/125-6-ventanilla-unica-del-importador--vui-.html">http://www.aduana.gov.py/125-6-ventanilla-unica-del-importador--vui-.html</a>	Ventanilla Única de Importación

**Artículo 10, párrafo 6.2**

Medidas sobre el uso de agentes de aduanas. Cualquier modificación posterior de los mismos debe ser notificada igualmente.

La información sobre el recurso de agentes de aduanas está especificada en la Sección 3 del Código Aduanero del Paraguay (Ley N°2422/04, artículos 20 al 30), que estipula la obligatoriedad de la intervención de Agentes de Aduanas habilitados en las operaciones aduaneras.

Asimismo, en el artículo 29 del citado Código se estipulan los casos de intervención opcional de Agentes de Aduanas.

El Código Aduanero del Paraguay se puede encontrar en el siguiente enlace:

Dirección Nacional de Aduanas	<a href="http://www.aduana.gov.py/uploads/archivos/codigo%20aduanero.pdf">www.aduana.gov.py/uploads/archivos/codigo%20aduanero.pdf</a>
-------------------------------	--

**Artículo 12, párrafo 2.2**

Dirección Nacional de Aduanas	<u>Nombre:</u> Ramón Gómez <u>Cargo:</u> Director de Relaciones Internacionales <u>Tel.:</u> 021 413 4150 <u>Email:</u> <a href="mailto:ragomez@aduana.gov.py">ragomez@aduana.gov.py</a> <u>Sitio web:</u> <a href="http://www.aduana.gov.py">www.aduana.gov.py</a>
-------------------------------	---

**PERU**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/PER/3

27 de noviembre de 2018

(18-7478)

Página: 1/15

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL PERÚ**

La siguiente comunicación, de fecha 27 de noviembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación de Perú para información de los Miembros.

---

Perú presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 del artículo 1**

(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>Página Oficial: <a href="http://www.sunat.gob.pe">http://www.sunat.gob.pe</a></p> <p>Marco General: <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm</a> - <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html</a></p> <p>Procedimientos para Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despag.01.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despag.01.htm</a></p>
---	--

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despa-pq.01-A.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despa-pq.01-A.htm</a></p> <p>Procedimientos para Exportación:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despa-pq.02.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despa-pq.02.htm</a></p> <p>Procedimientos para Tránsito:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despa-pq.08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despa-pq.08.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despa-pq.27.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despa-pq.27.htm</a></p> <p>Instructivo para la Declaración de Mercancías:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despa-it.00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despa-it.00.04.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html</a></p>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site">https://www.apn.gob.pe/site</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf">https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf</a></p> <p>Ventanilla Única de Comercio Exterior – VUCE:</p> <p><a href="https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html">https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/mincetur">https://www.gob.pe/mincetur</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>

<p>Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa">https://www.senasa.gob.pe/senasa</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites">https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador">https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-ptsi-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu">https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-ptsi-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
<p>Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.serfor.gob.pe">https://www.serfor.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiente/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiente/tramites-tupac</a></p>
<p>Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud</p>	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:</p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf</a></p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos_Sanitarios.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos_Sanitarios.asp</a></p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf</a></p>

Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:</p> <p><a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/mtc">https://www.gob.pe/mtc</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:</p> <p><a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente</a></p>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a></p> <p><a href="https://www.produce.gob.pe/index.php">https://www.produce.gob.pe/index.php</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a></p>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp">http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77</a></p> <p><a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453</a></p>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.minagri.gob.pe/portal">http://www.minagri.gob.pe/portal</a></p> <p><a href="https://www.gob.pe/minagri">https://www.gob.pe/minagri</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:</p> <p><a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a></p>

Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl_aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruan o%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl_aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruan o%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a></p> <p><a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_autorizaciones.html">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_autorizaciones.html</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/t ramite_autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/t ramite_autorizaciones.htm</a></p>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a></p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a></p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informe-sobre-fut">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informe-sobre-fut</a></p>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/minem">https://www.gob.pe/minem</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a></p> <p><a href="http://www.minem.gob.pe/_legislacionSector.php?idSector=10">http://www.minem.gob.pe/_legislacionSector.php?idSector=10</a></p>
Ministerio de Cultura	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/cultura">https://www.gob.pe/cultura</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a></p>
Superintendencia Nacional de Migraciones del Ministerio del Interior	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.migraciones.gob.pe">https://www.migraciones.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a></p> <p><a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a></p>

Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	Página Oficial: <a href="https://www.dicapi.mil.pe">https://www.dicapi.mil.pe</a> Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a> <a href="https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html">https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html</a>
---	--

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/imp_ortacion/consideraciones_generales.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/imp_ortacion/consideraciones_generales.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/des_pacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/des_pacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-08.htm</a>
---	--

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA COMPLETO 2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA COMPLETO 2018.pdf</a>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria - SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre - SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria - DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera - SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-administrativos/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-administrativos/t-u-p-a-vigente</a>

Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas - DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoaded/PDF/TASAS_2017.pdf">http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoaded/PDF/TASAS_2017.pdf</a>
Ministerio de Agricultura y Riego- MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear - IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaraTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaraTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/desargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/desargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateq=234">http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateq=234</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASA%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASA%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>a) Clasificación Arancelaria</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despape.00.09.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despape.00.09.htm</a></p> <p><a href="http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancelS01Alias">http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancelS01Alias</a></p> <p>b) Valoración Aduanera</p> <p><a href="https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file">https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecific/despape-01-10.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecific/despape-01-10.htm</a></p>
---	---

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE: <a href="https://www.vuce.gob.pe">https://www.vuce.gob.pe</a>  Componente Origen: <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf</a> <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf</a> <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf</a>  Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR: <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a>
--	---

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/#">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/#</a>  Mercancías prohibidas de importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf</a>  Mercancías prohibidas de exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf</a>  Consulta referencial de mercancías restringidas: <a href="http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr i">http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr i</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/cuadroEntidades.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/me rcanciasrestringidas/cuadroEntidades.html</a>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	VUCE- Componente Mercancías Restringidas: <a href="https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html">https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html</a>  Consultas Técnicas: <a href="https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf">https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf</a>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm</a>
---	--

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas</a>  <a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas</a>
---	--

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe">http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a>
Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html</a>

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm</a>
---	---

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>a) <u>Descripción de procedimientos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a></li> <li>• Exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a></li> <li>• Tránsito <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a></li> <li>• Recurso o revisión <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm</a></li> </ul>
---	--

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20III">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20III</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20IV">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20IV</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm</a></p> <p>b) <u>Formularios y documentos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/importacion/documentos_sustentarios.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/importacion/documentos_sustentarios.html</a></li> <li>• Exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/exportacion/documentacion.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/exportacion/documentacion.html</a></li> <li>• Tránsito <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a></li> </ul>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria - SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre - SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos/formatos:</p> <p><a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria - DIGESA del Ministerio de Salud	<p>Procedimientos/formatos:</p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera - SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Procedimientos/formatos:</p> <p><a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Procedimientos/formatos:</p> <p><a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>

Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	Procedimientos/formatos: <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	Procedimientos/formatos: <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas - DIGEMID del Ministerio de Salud	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=77</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	Procedimientos: <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a> Formatos: <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a> <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCategoria=234">http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCategoria=234</a>
Ministerio de Cultura	Procedimientos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a> Formatos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	Procedimientos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/Transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/Transparencia/TUPA2016.pdf</a> Formatos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a>

Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>
---	---

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html</a>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<a href="https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx</a>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="https://www.vuce.gob.pe/contacto.html">https://www.vuce.gob.pe/contacto.html</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano">https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano</a> <a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos">http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos</a> <a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables">http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables</a> <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas">https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor">https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor</a> <a href="https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf">https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx</a> <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos</a> <a href="http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php">http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a> <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm">http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm</a> <a href="http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pe_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk">http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pe_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk</a> <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a>

Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=930">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=930</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=871">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=871</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=54">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=54</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#">http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#</a> <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri">http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri</a> <a href="http://minagri.gob.pe/portal/contacto">http://minagri.gob.pe/portal/contacto</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear - IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a> <a href="http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/pte_traspacencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUK">http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/pte_traspacencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUK</a> <a href="http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95">http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/_contactos.php">http://www.minem.gob.pe/_contactos.php</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html">https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html</a>

#### Párrafo 4.3 del artículo 10

**Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE es una herramienta de facilitación de Comercio Exterior cuya administración se encuentra a cargo del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo-MINCETUR. Fue creada en el año 2006, mediante Decreto Supremo N° 165-2006-MEF, otorgándose rango de Ley a su creación, a través de la Primera Disposición Complementaria del Decreto Legislativo N° 1036.

La VUCE es definida como un sistema integrado que permite a las partes involucradas en el comercio exterior y transporte internacional gestionar a través de medios electrónicos los trámites requeridos por las entidades competentes de acuerdo con la normatividad vigente, o solicitados por dichas partes, para el tránsito, ingreso o salida del territorio nacional de mercancías.

Dicha herramienta inició sus operaciones en el año 2010 y a la fecha cuenta con tres componentes: a) Mercancías restringidas (2010), b) Origen (2013) y c) Portuario (2015), cuya operación ha tenido un impacto positivo para el sector comercio exterior.

A continuación se detalla los procedimientos que se realizan a través de los tres componentes de la VUCE:

- **Componente de Mercancías Restringidas:** Se realizan los procedimientos necesarios para la obtención de los permisos, certificados, licencias y demás autorizaciones exigidas para la realización de las operaciones de importación, exportación y tránsito de mercancías.
- **Componente Origen:** Se tramitan los procedimientos vinculados a la emisión del Certificado de Origen Preferencial.
- **Componente Portuario:** Se realizan los procedimientos administrativos vinculados con la recepción, estadía y despacho de naves en los puertos marítimos, fluviales y lacustres de la República del Perú; los procedimientos administrativos relacionados con la obtención, modificación o renovación de licencias de operación, permisos, autorizaciones y otras certificaciones para el funcionamiento de empresas prestadoras de servicios portuarios; así como, cumplir con las obligaciones de información exigidas a los transportistas o sus representantes, a los administradores portuarios y a las empresas prestadoras de servicios portuarios.

Actualmente, el MINCETUR viene implementando un Proyecto de Inversión Pública (cuyo presupuesto es de US\$ 61.9 millones - US\$ 20 millones en el marco de una operación de endeudamiento con el Banco Interamericano de Desarrollo y US\$ 41.9 millones de contrapartida nacional), que permitirá que la VUCE 2.0 brinde mayores servicios en la cadena logística, asimismo mejorará los procesos y procedimientos de las entidades de control y dotará a los operadores de comercio exterior de procesos integrados, simplificados y predecibles. Este proyecto tiene un horizonte de ejecución de un plazo de cinco años y su objetivo es mejorar la competitividad del sector de comercio exterior.

Información sobre la VUCE: <https://www.vuce.gob.pe>

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

**Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

El marco normativo peruano en relación a los agentes de aduanas, señala lo siguiente:

- Son despachadores de aduana, aquellas personas autorizadas por la Autoridad Aduanera para efectuar los despachos aduaneros. Pueden ser despachadores de aduana: Los dueños, consignatarios o consignantes de la mercancía, los despachadores oficiales (que ejercen la representación de una entidad pública) y el agente de aduana.
- El dueño o consignatario puede gestionar sus despachos aduaneros directamente, es decir no requieren de una agente de aduana o de la autorización como despachador oficial en:
  - (1) la importación de mercancías cuyo valor FOB no exceda los dos mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 2000), (2) en la exportación de mercancías cuyo valor FOB no exceda de cinco mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 5000) y (3) cuando constituyan garantía y cumplan con los demás requisitos exigidos en el Reglamento de la Ley de Aduanas.
- Asimismo, se ha previsto a partir del año 2020, otorgar como facilidad a los Operadores Económicos Autorizados, el que puedan efectuar directamente sus despachos aduaneros sin la necesidad de contar con el servicio de un despachador de aduana.

Cabe mencionar que el recurso de agente de aduanas, en la legislación nacional se encuentra regulado en los siguientes dispositivos normativos:

- Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053
- Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo Decreto Supremo N° 010-2009-EF
- Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF
- Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF

- Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000

Información disponible en:

Normas	Enlaces de interés
Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a>
Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo Decreto Supremo N° 010-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm</a>
Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a>
Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea</a>
Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm</a>

## Párrafo 2.2 del artículo 12

Cada Miembro notificará al Comité los datos de su punto de contacto para el intercambio de esta información.

Ana María Rojas Zapana Jefe de la División de Tratados Aduaneros Internacionales de la SUNAT	Correo Electrónico: arojasz@sunat.gob.pe Dirección: Av. Agustín Gamarra N° 680, Callao; Lima-Perú. Teléfono +5116343600, Anexo 20058
---	---



12 de agosto de 2019

(19-5239)

Página: 1/15

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL PERÚ**

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 9 de agosto de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Perú para información de los Miembros.

Perú presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 del artículo 1**

**(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>Página Oficial: <a href="http://www.sunat.gob.pe">http://www.sunat.gob.pe</a></p> <p>Marco General: <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/qja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/qja-00.04.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html">www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html</a></p> <p>Procedimientos para Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despach01.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despach01.htm</a></p>
---	---

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despag.01-A.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despag.01-A.htm</a></p> <p>Procedimientos para Exportación:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/expo_racion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/expo_racion/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despag.02.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despag.02.htm</a></p> <p>Procedimientos para Tránsito:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despag.08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despag.08.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despa-pg.27.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despa-pg.27.htm</a></p> <p>Instructivo para la Declaración de Mercancías:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despat.00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despat.00.04.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html</a></p>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site">https://www.apn.gob.pe/site</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf">https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf</a></p> <p>Ventanilla Única de Comercio Exterior – VUCE:</p> <p><a href="https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html">https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/mincetur">https://www.gob.pe/mincetur</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>

<p>Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa">https://www.senasa.gob.pe/senasa</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites">https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador">https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal</a></p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-psti-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu">https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-psti-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
<p>Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.serfor.gob.pe">https://www.serfor.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiente/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiente/tramites-tupac</a></p>
<p>Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud</p>	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:</p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf</a></p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos_Sanitarios.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos_Sanitarios.asp</a></p> <p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf</a></p>

Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	Página Oficial: <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es</a> Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a>
Ministerio de Transportes Comunicaciones - MTC	Página Oficial: <a href="https://www.gob.pe/mtc">https://www.gob.pe/mtc</a> Procedimientos: <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144</a> Formatos: <a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	Página Oficial: <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a> Procedimientos /Formatos: <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	Página Oficial: <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a> <a href="https://www.produce.gob.pe/index.php">https://www.produce.gob.pe/index.php</a> Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	Página Oficial: <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp">http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp</a> Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	Página Oficial: <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal">http://www.minagri.gob.pe/portal</a> <a href="https://www.gob.pe/minagri">https://www.gob.pe/minagri</a> Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>

Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl_aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruan o%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl_aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruan o%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a></p> <p><a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_autorizaciones.html">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_autorizaciones.html</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm</a></p>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuevos-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuevos-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a></p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a></p> <p><a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informe-sobre-fut">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informe-sobre-fut</a></p>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/minem">https://www.gob.pe/minem</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:</p> <p><a href="http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a></p> <p><a href="http://www.minem.gob.pe/_legislacionSector.php?idSector=10">http://www.minem.gob.pe/_legislacionSector.php?idSector=10</a></p>
Ministerio de Cultura	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/cultura">https://www.gob.pe/cultura</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a></p>

Superintendencia Nacional de Migraciones del Ministerio del Interior	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe">https://www.migraciones.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a>  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formatos-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formatos-y-declaraciones-juradas</a></p>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.dicapi.mil.pe">https://www.dicapi.mil.pe</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>  <a href="https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html">https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html</a></p>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/consideraciones_generales.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/consideraciones_generales.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacion/procEspecific/despe-01-08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacion/procEspecific/despe-01-08.htm</a>
---	--

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria - SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre - SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria - DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera - SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/eservicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/eservicios/contenido/tupa</a>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-administrativos/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-administrativos/t-u-p-a-vigente</a>

Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas - DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoad_ed/PDF/TASAS_2017.pdf">http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoad_ed/PDF/TASAS_2017.pdf</a>
Ministerio de Agricultura y Riego- MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear - IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%C3%ADa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%C3%ADa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/desargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/desargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASAS%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASAS%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>a) Clasificación Arancelaria  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despape.00.09.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despape.00.09.htm</a>  <a href="http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancel_S01Alias">http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancel_S01Alias</a></p> <p>b) Valoración Aduanera  <a href="https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file">https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecif/despa-pe-01-10.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecif/despa-pe-01-10.htm</a></p>
---	---

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE:  <a href="https://www.vuce.gob.pe">https://www.vuce.gob.pe</a></p> <p>Componente Origen:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf</a>  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf</a>  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf</a></p> <p>Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR:  <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a></p>
--	--

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/#">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/#</a></p> <p>Mercancías prohibidas de importación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf</a></p> <p>Mercancías prohibidas de exportación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf</a></p> <p>Consulta referencial de mercancías restringidas:  <a href="http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr">http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/cuadroEntidades.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/cuadroEntidades.html</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>VUCE- Componente Mercancías Restringidas:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html">https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html</a></p> <p>Consultas Técnicas:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf">https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf</a></p>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm</a>
---	--

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas</a> <a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas</a>
---	--

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe">http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a>
Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html</a>

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm</a>
---	---

**(b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>a) <u>Descripción de procedimientos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a></li> <li>• Exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a></li> <li>• Tránsito <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a></li> <li>• Recurso o revisión <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm</a></li> </ul>
---	--

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20III">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20III</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20IV">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codig_o/libro3/libro.htm#TITULO%20IV</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm</a></p> <p>b) <u>Formularios y documentos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/importacion/documentos_sustentarios.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/importacion/documentos_sustentarios.html</a></li> <li>• Exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/exportacion/documentacion.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/exportacion/documentacion.html</a></li> <li>• Tránsito <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/cartillasorientacion/cartillasProcedimientos/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduana/cartillasorientacion/cartillasProcedimientos/tr01Tran.pdf</a></li> </ul>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Procedimientos: <a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos: <a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria - SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos: <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p> <p>Formatos: <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre - SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos/formatos: <a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria - DIGESA del Ministerio de Salud	<p>Procedimientos/formatos: <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera - SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Procedimientos/formatos: <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Procedimientos/formatos: <a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>

Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	Procedimientos/formatos: <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	Procedimientos/formatos: <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas - DIGEMID del Ministerio de Salud	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=77</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	Procedimientos: <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a> Formatos: <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a> <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCategoria=234">http://www.minem.gob.pe/_detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCategoria=234</a>
Ministerio de Cultura	Procedimientos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a> Formatos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	Procedimientos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a> Formatos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a>

Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>
---	---

**(c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html</a>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<a href="https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx</a>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="https://www.vuce.gob.pe/contacto.html">https://www.vuce.gob.pe/contacto.html</a>  <a href="https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano">https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano</a>  <a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos">http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos</a>  <a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables">http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas">https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor">https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor</a>  <a href="https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf">https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos</a>  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php">http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a>  <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm">http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm</a>  <a href="http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pe_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk">http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pe_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk</a>  <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a>

Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=930">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=930</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=871">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Section=871</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=54">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Section=54</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#">http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#</a> <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri">http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri</a> <a href="http://minagri.gob.pe/portal/contacto">http://minagri.gob.pe/portal/contacto</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a> <a href="http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUk">http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUk</a> <a href="http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95">http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www[minem.gob.pe]/contactos.php">http://www[minem.gob.pe]/contactos.php</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html">https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html</a>

#### Párrafo 4.3 del artículo 10

**Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE es una herramienta de facilitación de Comercio Exterior cuya administración se encuentra a cargo del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo-MINCETUR. Fue creada en el año 2006, mediante Decreto Supremo N° 165-2006-MEF, otorgándose rango de Ley a su creación, a través de la Primera Disposición Complementaria del Decreto Legislativo N° 1036.

La VUCE es definida como un sistema integrado que permite a las partes involucradas en el comercio exterior y transporte internacional gestionar a través de medios electrónicos los trámites requeridos por las entidades competentes de acuerdo con la normatividad vigente, o solicitados por dichas partes, para el tránsito, ingreso o salida del territorio nacional de mercancías.

Dicha herramienta inició sus operaciones en el año 2010 y a la fecha cuenta con tres componentes: a) Mercancías restringidas (2010), b) Origen (2013) y c) Portuario (2015), cuya operación ha tenido un impacto positivo para el sector comercio exterior.

A continuación se detalla los procedimientos que se realizan a través de los tres componentes de la VUCE:

- **Componente de Mercancías Restringidas:** Se realizan los procedimientos necesarios para la obtención de los permisos, certificados, licencias y demás autorizaciones exigidas para la realización de las operaciones de importación, exportación y tránsito de mercancías.
- **Componente Origen:** Se tramitan los procedimientos vinculados a la emisión del Certificado de Origen Preferencial.
- **Componente Portuario:** Se realizan los procedimientos administrativos vinculados con la recepción, estadía y despacho de naves en los puertos marítimos, fluviales y lacustres de la República del Perú; los procedimientos administrativos relacionados con la obtención, modificación o renovación de licencias de operación, permisos, autorizaciones y otras certificaciones para el funcionamiento de empresas prestadoras de servicios portuarios; así como, cumplir con las obligaciones de información exigidas a los transportistas o sus representantes, a los administradores portuarios y a las empresas prestadoras de servicios portuarios.

Actualmente, el MINCETUR viene implementando un Proyecto de Inversión Pública (cuyo presupuesto es de US\$ 61.9 millones - US\$ 20 millones en el marco de una operación de endeudamiento con el Banco Interamericano de Desarrollo y US\$ 41.9 millones de contrapartida nacional), que permitirá que la VUCE 2.0 brinde mayores servicios en la cadena logística, asimismo mejorará los procesos y procedimientos de las entidades de control y dotará a los operadores de comercio exterior de procesos integrados, simplificados y predecibles. Este proyecto tiene un horizonte de ejecución de un plazo de cinco años y su objetivo es mejorar la competitividad del sector de comercio exterior.

Información sobre la VUCE: <https://www.vuce.gob.pe>

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

**Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

El marco normativo peruano en relación a los agentes de aduanas, señala lo siguiente:

- Son despachadores de aduana, aquellas personas autorizadas por la Autoridad Aduanera para efectuar los despachos aduaneros. Pueden ser despachadores de aduana: Los dueños, consignatarios o consignantes de la mercancía, los despachadores oficiales (que ejercen la representación de una entidad pública) y el agente de aduana.
- El dueño o consignatario puede gestionar sus despachos aduaneros directamente, es decir no requieren de una agente de aduana o de la autorización como despachador oficial en:  
(1) la importación de mercancías cuyo valor FOB no exceda los dos mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 2000), (2) en la exportación de mercancías cuyo valor FOB no excede de cinco mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 5000) y (3) cuando constituyan garantía y cumplan con los demás requisitos exigidos en el Reglamento de la Ley de Aduanas.
- Asimismo, se ha previsto a partir del año 2020, otorgar como facilidad a los Operadores Económicos Autorizados, el que puedan efectuar directamente sus despachos aduaneros sin la necesidad de contar con el servicio de un despachador de aduana.

Cabe mencionar que el recurso de agente de aduanas, en la legislación nacional se encuentra regulado en los siguientes dispositivos normativos:

- Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053
- Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 010- 2009-EF
- Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF
- Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF

- Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000

Información disponible en:

Normas	Enlaces de interés
Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a>
Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo Decreto Supremo N° 010-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm</a>
Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a>
Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea</a>
Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm</a>

## Párrafo 2.2 del artículo 12

Cada Miembro notificará al Comité los datos de su punto de contacto para el intercambio de esta información.

Rafael Mallea Valdivia Jefe(e) de la División de Tratados Aduaneros Internacionales de la SUNAT	Correo Electrónico: <a href="mailto:rmallea@sunat.gob.pe">rmallea@sunat.gob.pe</a> Dirección: Av. Gamarra No 680, Callao, Lima – Perú Teléfono +5116343600, Anexo 20058
--	---

**URUGUAI**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

(19-3440)

**G/TFA/N/URY/2**

17 de mayo de 2019

Página: 1/4

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL  
ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN  
DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL URUGUAY**

La siguiente comunicación, de fecha 15 mayo 2019, se distribuye a petición de la delegación de Uruguay para información de los Miembros.

---

Uruguay presenta las siguientes notificaciones relativas al párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 del artículo 1**

(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

<u>Herramienta de acceso a todos los trámites del Estado, con link a la documentación específica por trámite</u>	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
<u>Información requisitos documentales para el comercio exterior</u>	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
<u>Diario Oficial con herramienta de búsqueda de la legislación pertinente</u>	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

<u>Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html">https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html</a>
<u>Sistema Lucía - Dirección Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DaoBasico.Arancel.HPUDBar2.aspx">https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DaoBasico.Arancel.HPUDBar2.aspx</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

<u>Información general</u>	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a> <a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a> <a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>
----------------------------	---

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Uruguay aplica el Acuerdo de Valoración de OMC y las normas vigentes en el Mercosur respecto al Arancel Externo Común (AEC)</u>	<a href="https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es">https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es</a>
<u>Dirección Nacional de Aduanas – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html</a>

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html">https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html</a>
<u>Asimismo en el ámbito del Mercosur existe un Texto ordenado del Régimen de Origen</u>	<a href="https://www.mercosur.int/documento/texto-ordenado-del-regimen-de-origen-mercosur">https://www.mercosur.int/documento/texto-ordenado-del-regimen-de-origen-mercosur</a>

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Información general</u>	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a> <a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a> <a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>
----------------------------	---

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Dirección Nacional de Aduanas – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html</a>
--	---

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>En Uruguay los recursos administrativos se encuentran establecidos en la Constitución de la República (artículos 317 y 318) y de acuerdo al artículo 142 del Decreto 500/991.</u>	<a href="https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317">https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317</a> <a href="https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142">https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142</a>
--	--

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html">https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html</a>
---	---

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Uruguay no mantiene contingentes arancelarios en la OMC.

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

<u>Manuales de procedimientos aduaneros, formularios y documentos</u>	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html</a>
<u>Requisitos documentales especiales para el comercio exterior por Normativa o Nomenclatura Arancelaria (NCM)</u>	<a href="https://vuce.gub.uy/consultas">https://vuce.gub.uy/consultas</a>

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

<u>Consultas</u>	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html</a>
<u>Gerencia de Comercio Exterior</u>	<a href="mailto:jborgiani@aduanas.gub.uy">jborgiani@aduanas.gub.uy</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

**Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

Con relación a los detalles del funcionamiento de la ventanilla única, Uruguay se complace en notificar la siguiente información.



La implementación de la Ventanilla Única de Comercio Exterior (VUCE) se inició en el año 2012 como un proyecto dentro de la modernización aduanera en Uruguay. En el año 2013 se creó por Ley N° 19.149 de 11 de noviembre de 2013, integrada al Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones – Uruguay XXI.

El desarrollo de la VUCE ha permitido unificar a través de una plataforma electrónica, la información y documentación asociada a operaciones de comercio exterior donde interviene el Estado. Para ello los organismos se encuentran integrados a la VUCE y todas las gestiones de transmisiones electrónicas con el Sistema LUCIA de la Dirección Nacional de Aduanas se realizan a través de ésta plataforma.

La VUCE permite al usuario identificar todos los requisitos documentales asociados a una importación, exportación o tránsito y para cada uno de los trámites en cuestión enviar la solicitud electrónica y adjuntar los documentos digitalizados exigidos como requisito del trámite. A través de la plataforma, la información es derivada al organismo competente correspondiente, el cual actúa electrónicamente sobre el trámite pudiendo aprobar, rechazar u observar la gestión.

<https://vuce.gub.uy>

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

**Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

La Sección II de la Ley N° 19.276 de 19 de setiembre de 2014 que aprobó el Código Aduanero de la República Oriental del Uruguay (CAROU) refiere a la intervención, habilitación y demás requisitos que deben cumplirse para actuar como Despachante de Aduanas.

Su intervención es preceptiva en el Uruguay para tramitar el despacho de mercaderías, según el artículo 14 del CAROU, conservando la intervención del despachante de aduana dispuesta por la Ley Nº 13.925 de 17 de diciembre de 1970.

No obstante, el artículo 15 del CAROU incorpora excepciones puntuales donde no se requiere la intervención del despachante para llevar a cabo las operaciones aduaneras relacionadas con los despachos de: envíos postales internacionales de carácter no comercial, equipaje de viajero, envíos postales internacionales expresos (cuyo valor no exceda los 200 dólares EE.UU.) o de organismos estatales y de la mercadería importada por uruguayos residentes en el extranjero al retornar al país.

Asimismo, según el art. 1 de la Ley Nº 19.592 de 5 de enero de 2018, se establece otra excepción a la intervención del despachante de aduana, en los casos de importación de insumos con destino al proceso de prototipado o pequeñas series de producción, asociados a la innovación tecnológica del sector de electrónica o robótica.

<https://www.impo.com.uy/bases/codigo-aduanero/19276-2014>

<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19592-2018>

El artículo 16 del CAROU establece los requisitos para la habilitación del despachante de Aduana, entre ellos acreditar tener domicilio en el país, y haber aprobado un examen de competencia acerca de la materia aduanera y de comercio exterior ante un Tribunal designado por el Ministerio de Economía y Finanzas.

Los despachantes de aduana son un agente privado especializado en comercio exterior, los honorarios por sus servicios se acuerdan con los clientes. <http://www.adau.com.uy>.

## **Párrafo 2.2 del artículo 12**

La Dirección Nacional de Aduanas promueve la celebración de Acuerdos de Cooperación y Asistencia Mutua en materia aduanera de manera bilateral, que son utilizados regularmente para el intercambio de información, en especial para la prevención y lucha contra los ilícitos aduaneros.

Gerencia de Control y Gestión del Riesgo de la Dirección Nacional de Aduanas: [fernando.wins@aduanas.gub.uy](mailto:fernando.wins@aduanas.gub.uy)

---

## ANEXO V

**ANEXO V – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Cuba, Equador e Panamá - Notificações de Transparência- e arranjos com doadores**

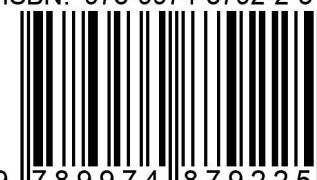
Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Cuba	Equador	Panamá
Artigo 10				
4. Guichê único	A determinar	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦Cooperação para sistema de automatização de registro eletrônico que integre todas as entidades responsáveis pela emissão de resoluções, permissões, certificados, licenças automáticas e não automáticas, tanto dos documentos denominados de acompanhamento (prévio ao embarque) quanto de suporte, que forem condicionantes para alguma importação ou exportação.</li> <li>◦Cooperação para agilizar a incorporação, ao guichê único, de novas medidas de controle mediante certificados ou documentos condicionantes em uma importação ou exportação, a partir do momento de sua emissão.</li> <li>◦Aquisição de componentes tecnológicos e restruturação dos sistemas internos das entidades que emitem documentos de controle que não estejam vinculados ao Guichê Único de Exportação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦Suporte técnico e financeiro para:           <ul style="list-style-type: none"> <li>◦aquisição de equipamentos e licenças e contratação de serviços especializados de desenho e desenvolvimento de computadores, com vistas à melhoria contínua do sistema de Guichê Único de Exportações;</li> <li>◦suprimento de equipamentos e software para criar um Guichê Único de Comércio Exterior para Importações, e desenvolvimento de sistemas para cada uma das agências governamentais envolvidas;</li> <li>◦provisão de especialista para compartilhar, com as agências governamentais envolvidas, as melhores práticas sobre simplificação de documentos, harmonização de dados, interoperabilidade e colaboração interinstitucional.</li> </ul> </li> </ul>	
6. Recurso a Ag. Aduanas				
Artigo 12				
2. Intercâmbio de Inform.				

Arranjos com doadores e avanços	Bolívia	Cuba	Equador	Panamá
Artigo 10	<p>Cuba, Sistema de Guichê Único Eletrônico para Procedimento de Comércio Exterior:</p> <p>Em 2014, foi solicitado oficialmente à UNCTAD um projeto para implementação da estratégia de desenvolvimento do Guichê Único Eletrônico de Comércio Exterior (VUCE, na sigla em espanhol), sob condição de que os fundos financeiros proviavam da cooperação internacional. A União Europeia concedeu os fundos dessa cooperação em julho de 2019.</p> <p>A partir desse momento, o Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX) desenvolveu, em conjunto com a UNCTAD e sob sua assistência técnica, um cronograma de trabalho para documentar, esclarecer e simplificar os processos de registros, permissões prévias e despachos, mediante realização de seminários sobre implementação do sistema de guichê único. Especialistas da UNCTAD têm fornecido capacitações.</p> <p>Em março de 2018, foi recebido o direito de uso do "Sistema eRegistration", que foi hospedado em um servidor nacional. A consecução mais significativa do ano 2019 foi finalizar a documentação desta plataforma a partir da assistência técnica recebida da UNCTAD. A plataforma tem documentados 125 normas e 108 processos de 41 organismos, instituições ou autoridades nacionais competentes.</p> <p>Em setembro de 2019, o MINCEX e a UNCTAD implementaram um mecanismo de autenticação para o "Sistema eRegulations", denominado "Central Authentication Service (CAS)".</p> <p>A UNCTAD apresentou o protótipo VIJCE Fase I, para o qual foi acordado o primeiro serviço automatizado a ser desenvolvido até janeiro de 2020 pela integração de registros do MINCEX, a Câmara de Comércio de Cuba e a Aduana Geral da República (AGR), e foi executada análise do serviço integrado em linha. Também foi acordada a criação da Base de Dados Postgres da Câmara de Comércio de Cuba, a compra de um servidor para essa instituição e o desenvolvimento dos serviços web do guichê único no MINCEX, na Câmara de Comércio de Cuba e na Aduana Geral da República, além do desenvolvimento do Formulário Único de Guichê Único.</p> <p>Foi decidido integrar o Portal de pagamento ENZONA ao Guichê Único e desenvolver "Web Services" com o Escritório Nacional de Administração Tributária (ONAT, na sigla em espanhol).</p> <p>6. Recurso a Ag. Aduanas</p> <p>Artigo 12</p> <p>2. Intercâmbio de inform.</p>			



Associação Latino-Americana de Integração:  
Cebollatí 1461, CEP 11200  
Montevidéu - Uruguai  
Tel.: (598-2) 410 1121  
E-mail: [sgaladi@aladi.org](mailto:sgaladi@aladi.org)  
[www.aladi.org](http://www.aladi.org)

ISBN: 978-9974-8792-2-5



9 789974 879225